

Derrotar Collor nas urnas em 90

O Partido dos Trabalhadores está organizando uma verdadeira ofensiva eleitoral este ano em todos os Estados. Um balanço desses preparativos está nas págs. 8 e 9.

MARÇO

N.º 49

NCz\$ 20,00

Novo governo prepara arrocho e recessão



A receita do novo presidente para tirar o País da crise em que as oligarquias o lançaram não passa por nenhum rompimento com o passado. As fórmulas econômicas, entre elas o arrocho e a recessão, que estão sendo consideradas, tornam mais adversas as condições para o crescimento do movimento popular e sindical.

Págs. 3 e 4.



ÓRGÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

Revolução não foi traída, diz Ortega



O resultado eleitoral não representou uma traição do povo Nicaraguense à Revolução. É o que sustenta o presidente Daniel Ortega, ao falar a representantes dos Comitês de Solidariedade sobre o resultado das urnas de fevereiro.

Páginas 11 e 12

Reforma Agrária, bandeira nacional?

A discussão sobre o caráter da bandeira da reforma agrária precisa ser aprofundada dentro do Partido. Nesta edição o Boletim Nacional publica a opinião de uma das vertentes desse debate, a do economista Claus Germer.

Pág. 5

Diretório reúne prefeitos em SP

A relação entre os prefeitos petistas e a direção partidária começam a ser tratadas pelo Diretório Nacional do PT. Um primeiro encontro foi realizado em São Paulo e as bases desse relacionamento estão criadas.

Na última página.

Editorial pág. 2
Nacional pág. 3
Economia pág. 4
Agrária pág. 5
Tendências pág. 6
Memória pág. 7

Sucessão págs. 8 e 9
Alfabetização pág. 10
Internacional págs. 11, 12 e 13
Mulher págs. 14 e 15
Prefeitos última página

A ética no debate público

Com 31 milhões de votos nas eleições presidenciais, o PT se credenciou como partido nacional e para disputar a liderança da oposição no próximo período. Também por isso, o partido deve cuidar mais de sua imagem e de sua postura diante dos meios de comunicação, normalmente preocupados em nos desgastar e em explorar contradições naturais existentes no interior do PT.

Preocupado com essa questão, e diante de uma série de manifestações na imprensa a respeito de divergências exclusivamente internas ao PT, a Comissão Executiva Nacional (CEN), resolveu estabelecer algumas orientações para nosso comportamento nos meios de comunicação de massa.

Para a CEN, é lícito e democrático que o debate político sobre propostas programáticas e idéias seja público, mesmo através da imprensa. Isso é próprio da natureza de nosso Partido e da nossa concepção democrática de sociedade socialista.

O que a CEN julga totalmente impropriedade - e não pode mais tolerar - é a prática equivocada de fazer a disputa política através da imprensa, com o objetivo de inviabilizar, pressionar, desmoralizar a posição contrária. Mais grave ainda é a prática de levar para a imprensa denúncias e fatos, não comprovados ou avaliados nas instâncias partidárias. Não se pode admitir também a prática nefasta de tornar pública reunião ou decisão de caráter interno e/ou reservado.

Todo o Partido precisa, a partir de uma posição ética, reavaliar o comportamento de dirigentes, parlamentares, militantes em tarefas executivas ou não, com o objetivo de pôr fim às práticas irresponsáveis e danosas à imagem do PT.

A discussão democrática dentro do Partido é condição para sua construção e para sua relação com a sociedade. Mas a posição de levar, sem critérios e discussões prévias nas instâncias partidárias, divergências para a imprensa não partidária é danosa e antidemocrática.

A CEN dirige um chamamento e faz um apelo a todo o Partido para que, a partir de uma posição ética e de avaliação política, as instâncias e os militantes se limitem a discutir publicamente aquilo que é matéria de debate político-programático, ficando sujeito ao Regimento Interno e às sanções que o mesmo prevê, todos aqueles que insistirem na violação deste procedimento.

Comissão Executiva Nacional

RECEBA AS PUBLICAÇÕES DO PT

Agora está mais simples: com apenas uma carta você pode receber as publicações em sua casa, regularmente, economizando tempo e dinheiro.

Teoria e Debate 4 edições NCz\$ 250,00
ou apoio NCz\$ 600,00

Assinatura a partir do n.º 9 n.º 10
Números atrasados (preço de capa) NCz\$ 70,00
(N.ºs 1, 2 e 3 esgotados)

Escolha quais lhe interessam, calcule o valor total das assinaturas e envie cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores.

Departamento de Circulação do PT Rua dos Franceses, 471
01329 - São Paulo - SP

“Fuera Yanques”

No dia 28 (de janeiro) teve uma concentração aqui em Madrid que teve como slogan “fuera yanques de América Latina”. Muita gente participou e, claro, muitos brasileiros e todos que encontrei só podiam ser como eu, simpatizantes do PT.

Estaremos em todas as manifestações deste tipo e representaremos

com orgulho a nossa estrela e o nosso ideal. E saibam que embora distantes, nossos corações batem juntos com os milhões de corações que ansiam por um novo Brasil. Anexo, cópia da matéria publicada por “Cambio”, n.º 945/1-1-90.

Neely Maria Silva Oliveira
Madrid, Espanha

Brasil: salarios de hambre

BRASIL es un país tan loco que hasta su hijo puede llegar a presidente, declaraba pocos meses atrás, a una revista, la madre del nuevo presidente de Brasil: Fernando Collor de Mello, el más joven en la historia de este país, hoy antenado por la pobreza y el hambre. Millonario, vanidoso, con fama de violento, supersticioso, un perfecto desconocido hasta hace un año, como si se tratara de una aventura más de señorío.

Ahora, deberá gobernar un país dividido electoralmente que, con la espectacular irrupción de la izquierda, enfrenta también la ideologización de sus inmensos problemas: una deuda de 140.000 millones de dólares (casi 17 billones de pesetas), y una inflación anual del 12.800 por ciento. Sin embargo, con una Constitución que aliena el fuerte presidencialismo del régimen militar, Collor gobernará con un Parlamento transitorio que representa lo más viejo de Brasil.

Lula: la expresión de la izquierda. Hereda, también, viejos problemas: una economía estancada desde 1980, y el cataclismo del gobierno de José Sarney, que aplicó cuatro ajustes económicos sin éxito, cambió la moneda y dejó una inflación del 50 por ciento al mes, la misma que registraba en un año el último de los presidentes militares. En las primeras elecciones democráticas, tras un ayuno de tres décadas, se enfrentaron los dos Brasiles.

Reforma Agrária já

Prezados amigos do Boletim Nacional. É com muita alegria que escrevo. Sou um agricultor e moro na zona rural. Como não poderia deixar de ser, sou uma vítima desse capitalismo selvagem que arrasa nosso povo e nosso país. Em Jarú fui presidente da executiva do PT, secretário da Associação dos Produtores Rurais de Jarú e também de Jaciara (MT).

Gostaria que o Boletim Nacional relatasse alguns fatos da realidade de nosso povo. A nossa proposta é a reforma agrária: é prioritária. Devemos começar já, entregar as terras agricultáveis para os trabalhadores sem terra, financiando com 12% de juros ao ano, fixos.

Outro problema sério que está acontecendo com os trabalhadores são os preços dos cereais. Quantos sacos de arroz precisamos vender para comprar

um saco de açúcar? Precisamos vender sete sacos de arroz para comprar um saco de açúcar de 60 kg. Em 1959, no governo de Juscelino, eu vendi um saco de arroz por 850, e comprei um saco de açúcar de 60 kg por 750 e sobrou 100.

Nessa época vendi dez sacos de arroz e comprei uma bicicleta. Hoje é preciso eu vender 40 sacos e meio de arroz. Quem vai ter gosto de trabalhar dessa maneira? Temos que ter valor em nossos produtos, senão as cidades vão crescer, vão inchar, vai aumentar o número de crianças abandonadas, as crianças morrendo de fome, vai aumentar o número de marginais, ladrões, assassinos, drogados, sequestradores, homem efeminados, estupra-dores etc.

Jorge Evaristo Moura
Jarú, Rondônia

Bem longe do PT

Sou do diretório municipal de Niterói e fui da Executiva da Frente Brasil Popular, quando da campanha do companheiro Lula.

Tenho tentado obter informações de como anda a Convergência Socialista a nível nacional e qual é a posição a nível nacional também dos dirigentes do nosso partido. Aqui na minha cidade, o que se percebe é um partido dentro do PT. Até sede própria possuem, onde três vezes por semana são ministrados cursos. Possuo em meu poder um cartaz que é um chamamento

de quando ocorreu a inauguração da sede.

O que se percebe na minha cidade é uma forte rejeição dos simpatizantes em se filiarem por entenderem que esta corrente atrapalha o funcionamento do PT. Confesso que gostaria de vê-la bem longe, caminhando pelas próprias pernas, mas percebo que os membros que dirigem o partido nacionalmente teimam em ter a Convergência dentro do PT.

Angela Fernandes
Niterói - RJ

CARTAS AO BOLETIM NACIONAL

Av. Onze de Junho, 260. Cep. 04041, São Paulo - SP
As correspondências enviadas para publicação devem conter no máximo 20 linhas.



Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Av. Onze de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP
Fone: (011) 575-2299
Secretário de Comunicação: Rui Falcão

Edição: Celso Horta
Secret. de Redação: Marisa Lourenço
Diagramação: Francisco Esvael e Eliana Esvael
Colaboradores: Fábio Cypriano, Igor Fuser, Juarez Guimarães, Magda

David, Marcia Milanésio, Maristela Mafei, Sérgio Canova, Sérgio Sister, Walter Pomar,
Ilustração: Hércules, Gilmar
Produção e Impressão: DCI - Indústria Gráfica & Editora S.A.

Estrutura será independente da oficial

Algumas definições sobre o funcionamento do gabinete paralelo proposto por Lula já começam a ser tomadas.

Reunião realizada em fevereiro contou com participação de 21 representantes de grupos temáticos do PT.

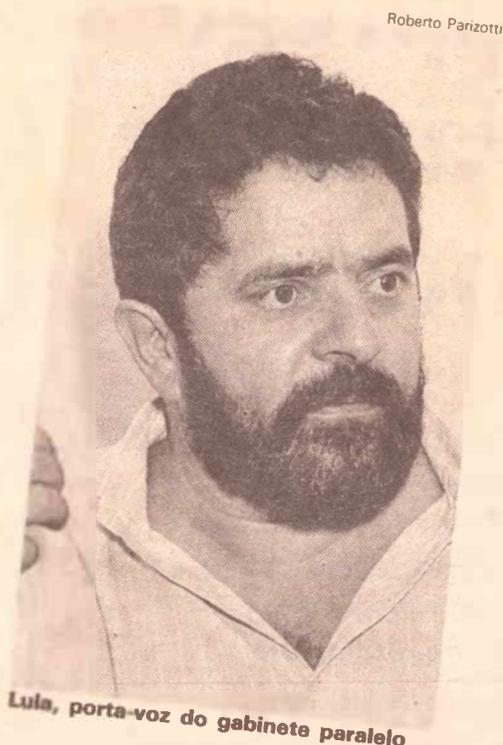
Sérgio Canova

O Gabinete ou Governo Paralelo deverá ter uma estrutura próxima ao que seria o ministério de Lula, a partir das diretrizes gerais definidas no PAG (Programa de Ação de Governo). Portanto, a estrutura do Gabinete ou Governo Paralelo não vai acompanhar a estrutura ministerial do governo Collor de Mello.

Essa definição aconteceu na primeira reunião de trabalho do Gabinete/Governo Paralelo, no dia 19 de fevereiro, em São Paulo, com a participação de 21 representantes de grupos temáticos do PAG, com Lula. A estrutura a ser constituída obedece as diretrizes básicas de funcionamento do Gabinete/Governo aprovadas pelo Diretório Nacional do PT na reunião de 27 e 28 de janeiro. Entre elas, destacam-se o acompanhamento e fiscalização do

governo Collor de Mello, com a apresentação de alternativas, buscando, com isso, subsidiar ações parlamentares, campanhas públicas, lutas sindicais e populares e ações jurídicas populares na defesa dos trabalhadores e da democracia.

Os presentes à reunião assumiram compromisso coletivo de trabalhar no projeto, "buscando dar um salto de qualidade nas intervenções da oposição", esclarece Aloizio Mercadante Oliva. Aliás, o próprio Aloizio, mais o professor Antônio Cândido, o físico Luiz Carlos de Menezes e a socióloga Maria Victória Benevides formam uma comissão que sistematizará toda a discussão da primeira reunião para apresentá-la de forma detalhada na reunião ampliada do dia 16 de março, com a presença de todos os representantes dos grupos temáticos e da Comissão Executiva Nacional do PT. Nessa reunião, serão analisadas as pri-



Lula, porta-voz do gabinete paralelo

meiras medidas do governo Collor de Mello.

Participaram da primeira reunião do Gabinete/Governo Paralelo as seguin-

tes personalidades, e suas áreas de atuação:

Antônio Cândido de Mello e Souza (Cultura), Dalmo de Abreu Dallari (Justiça e Segurança do Cidadão), Fábio Konder Comparato (Democratização do Estado e da Sociedade), Maria Victória Benevides (Combate à Corrupção), Walter Barelli (Salário, Emprego e Condições de Trabalho), Luiz Pinguelli Rosa (Universidade, Ciência e Tecnologia), Plínio de Arruda Sampaio e Aloizio Mercadante Oliva (Política Econômica), Luiz Carlos de Menezes (Política Energética e Mineral), Aziz Nacib Ab'Saber (Meio Ambiente e Defesa da Qualidade de Vida), José Gomes da Silva (Reforma Agrária), Jorge Bittar (Transportes e Comunicação), Adair Rocha (Cultura), Ademar K. Sato (Democratização das Estatais e da Administração Pública), Francisco Oliveira (Desenvolvimento Regional), Eloi Pietá (Transportes), Agostinho Guerreiro (Reforma Agrária e Política Agrícola), Mario Barbosa (Sindicalista), Zezéu Ribeiro (Política Habitacional e Reforma Urbana), Arlindo Chinaglia (Saúde e Previdência Social), Moacir Gadotti (Educação) e José Augusto F. Valente (Diretório Regional/RJ).

As elites, segundo Collor

O projeto de governo populista de Fernando Collor de Mello pretende passar por cima de muitos interesses. Mas que interesses são esses, e quem são as "elites" que o novo presidente jura combater?

Sérgio Sister

Atenção trabalhadores das categorias profissionais mais combativas: vocês acabarão sendo incluídos por Fernando Collor de Mello na categoria geral das "elites" junto com seus companheiros da FIESP, especuladores do mercado financeiro, os sonegadores de impostos e os marajás.

O ministro do Trabalho e Previdência Social Antonio Rogério Magri deve se dirigir diretamente aos setores assalariados mais desorganizados, a "minha gente", para jogá-los contra os sindicatos mais organizados, a "aristocracia trabalhista" que conseguiu melhorias através de lutas sistemáticas.

Não estranhem se em meio a uma greve, o Presidente da República aparecer na televisão denunciando operários do ABC que andam em carro próprio, que ouvem um supersom três-em-um (aquele que Collor não tinha nada de ser eleito) para provar que os grevistas pedem de barriga cheia, enquanto que os mais simples e humildes ficam desprotegidos, sujeitos às piores condições.

O objetivo é claro: desmoralizar e enfraquecer o sindicalismo combativo, fortalecendo ao mesmo tempo as tendências conservadoras e burocráticas, mais facilmente controláveis.

Fiquem atentos para a mistura que ele vai fazer, jogando no mesmo saco

donos de supermercados e empresários que remarcam preços irregularmente, ex-ministros e funcionários corruptos, especuladores, oposicionistas e sindicalistas. Vai aumentar impostos para os mais ricos, vai prender figurões, anunciar a venda de empresas estatais, vai demitir funcionários públicos, mas também vai atacar as lideranças trabalhistas. Uma sequência de cenas que deve ganhar momentaneamente a simpatia de uma parcela ponderável da população, com os seguintes desdobramentos: a) adesão política mais rápida dos parlamentares de direita e conservadores em geral, preocupados com as eleições deste ano; b) hesitação em setores centristas, que temem a marginalização do poder.

Toda essa encenação, porém, parece servir apenas de anteparo a medidas antiinflacionárias, que abrem caminho para a recessão, com redução do emprego e do salário real.

O Diretório Nacional do PT já havia imaginado um cenário parecido, em sua reunião de 27 e 28 de janeiro último em São Paulo:

1) Nos movimentos sociais, particularmente no movimento sindical e popular, teremos a disputa pela mobilização e politização da sociedade. Devemos organizar nosso trabalho político junto aos setores desorganizados da sociedade e das classes médias.

2) No campo ideológico, continuará utilizando intensivamente os meios de

comunicação, contrapondo os símbolos religiosos e nacionais do povo ao socialismo.

Veja o que ficou resolvido naquela reunião:

- Oposição nos movimentos sociais através de uma política de defesa de interesses populares e da mobilização sindical;
- Formação de uma frente parlamentar de oposição ao novo governo com os partidos de esquerda e progressistas;
- Constituição de um governo paralelo ou gabinete de oposição com o objetivo de fiscalizar o governo, denunciar sua política e apresentar alternativas para a sociedade;
- Preparação para as disputas eleitorais deste ano para governos e câmaras estaduais, câmara dos deputados e senado, dando continuidade à nossa política de alianças;
- De imediato, devemos defender o salário dos trabalhadores e o controle de preços da cesta básica de alimentos.

E preciso ter em conta, que entre a vontade populista do Collor e a criação de uma força política popular real, vai uma distância muito grande. Pois ele dificilmente conseguirá agradar ricos e pobres ao mesmo tempo. Há quem imagine que em alguns meses, poderá desagradar a todos para poder mandar a conta do ajuste econômico para o empresário. Collor necessita de forte base política no meio popular; o que não existe de forma organizada. Ao contrário, a prática do presidente é a da desorganização, concentrando a direção política em sua própria pessoa. Em resumo: ele perde parte do apoio dos partidos direitistas e conservadores, sem ter a seu favor os progressistas.

Se mandar a conta para os assalariados, perde logo de início qualquer chance de sustentação política. E ainda pode experimentar a perda de apoio daqueles que precisarão de votos em outubro.



O horário gratuito liberado para o programa do PT, em cadeia nacional, na TV será dia 29 de março às 17:30hs e 20:30hs.

Desemprego para garantir arrocho

O ataque à inflação deve ser o objetivo imediato e central do novo governo.

Com algum sucesso, Collor espera conseguir respaldo para impor perdas e quebrar resistências a seu projeto político e econômico marcado fundamentalmente pelos tradicionais interesses das classes dominantes.

Carlos Eduardo Carvalho

As primeiras medidas de política econômica do governo Collor deverão estar orientadas para a conquista de resultados imediatos no controle da inflação, peça-chave para que possa obter o respaldo político adequado para impor perdas e tentar quebrar as resistências inevitáveis. Não é possível prever com segurança qual será o conteúdo destas medidas, pois a duas semanas da posse elas estão ainda cercadas por bastante sigilo. O que se pode fazer é imaginar alguns contornos gerais, a partir inclusive do estilo político que Collor vem tentando definir, e trabalhar com hipóteses alternativas. De qualquer forma, é evidente que a ofensiva do novo governo para se legitimar politicamente e alcançar vitórias imediatas colocará grandes desafios para nosso partido e para forças populares em geral. E a nossa preparação para este embate não parece estar sendo a mais adequada.

Se o chamado "golpe de caratê" na inflação terá a forma de congelamento de preços ou de prefixação dos reajustes não é a questão decisiva a esta altura. Mais importante é verificar que, seja qual for o contorno do programa antiinflacionário, ele deverá vir acompanhado de um forte conteúdo recessivo. No caso do congelamento, será difícil passar de uma inflação mensal caminhando para 80% ou 100% para algo próximo a zero sem que haja uma firme tendência a aumento da demanda. E no caso de prefixação, embora a queda possa ser menor (se a meta for algo como 40% no primeiro mês, por exemplo), a dificuldade de controle fica sendo incomparavelmente maior. Nos dois casos, se houver pressão de demanda (por parte dos consumidores e das empresas, tentando aumentar estoques e a produção), a tendência é de volta rápida da inflação, a exemplo dos planos anteriores.

Como fará o governo para controlar a demanda? É muito provável que haja uma nova e substancial "garfada" nos

salários, combinando a conversão pela média, no estilo das experiências anteriores, com a imposição de algum vetor ou expurgo no índice oficial de inflação. Mas isto não será suficiente para o que se deseja. Surge daí a tendência quase certa para a aplicação de algum tipo de bloqueio nas aplicações financeiras, incluindo as cadernetas. Ou será um bloqueio compulsório do tipo não se pode sacar nada acima de um valor máximo qualquer, ou se fará um desconto de parte do que for sacado, na forma de imposto), tentando obrigar os aplicadores a deixar boa parte do dinheiro aplicado por um espaço de tempo longo. A depender da forma que assumirá esta medida, ela poderá inclusive alcançar boa repercussão, dando a imagem de que, enfim, um governo resolveu prejudicar de fato os ricos, especuladores, banqueiros, etc. Tanto mais fácil se for assegurada a mobilidade da poupança de menor valor, ou a proteção dos rendimentos destas contas menores.

A redução violenta do giro financeiro da economia poderá ser o principal componente da política recessiva, levando à redução dos negócios e ao desemprego, elemento de que o governo não irá querer abrir mão no esforço de quebrar a resistência dos trabalhadores ao novo arrocho dos salários. Só que ele estará contando também com o reforço da imagem de inimigo dos banqueiros e especuladores e de vencedor da inflação.

Nada disso, porém, assegura que um plano deste tipo tenha sucesso. Mexer nas regras do mercado financeiro desta forma é um salto no escuro. Apesar de todas as diferenças, a experiência argentina mais recente mostra os limites de estratégias deste tipo. As tensões da economia não se resolverão por conta deste golpe violento e poderão explodir com mais força logo adiante. A equipe do novo governo sabe disso e seu esforço deverá incluir a apresentação de programas complementares, tentando apontar "saídas" de crescimento da



economia. Deverão vir pacotes de programas de obras públicas, política industrial, privatização de empresas estatais, etc. num esforço inclusive de desorientar as forças de oposição. Talvez medidas demagógicas e retóricas na dívida externa, tributação de patrimônio dos ricos, e por aí afora.

Todas estas considerações não avançam muito em relação ao que já se tem discutido em nosso meio e podem ser facilmente articuladas com o discurso político que Collor vem apresentando, atacando as "elites" e tentando formar uma imagem de defensor dos pobres e dos homens de bem, numa perigosa encenação populista/fascista. Tudo isto junto sugere a dimensão das dificuldades que iremos enfrentar. Seremos submetidos a um conjunto de pacotes, de contornos não-conhecidos, em meio a uma retórica política ofensiva. Diante disso, acredito que nossa preparação, na área específica de política econômi-

ca, precisaria estar bem mais avançada.

Precisaríamos ter acumulado mais, nas últimas semanas, em termos de nossos posicionamentos sobre estas questões mais cruciais, que inevitavelmente farão parte dos programas iniciais do governo. Penso que, mais importante do que discutir se faremos ou não um governo paralelo, ou qual a forma e conteúdo final deste governo, seria estarmos discutindo em profundidade qual o conteúdo das nossas propostas e das críticas que já podemos avançar às prováveis iniciativas de Collor. Este esforço deveria incluir, certamente, a recuperação das discussões finais da campanha eleitoral, nossos primeiros esboços de planos de emergência que começávamos a definir para a nossa eventual vitória. Acredito que nos atrasamos nesse trabalho indispensável e que é hora de recuperar o tempo perdido.

Receba o Boletim Nacional

Basta fazer a sua assinatura enviando este cupom juntamente com um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores — Av. Onze de junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP — Departamento de Circulação.



Boletim Nacional

12 edições

10 BTN's (do mês)

Não envie vale postal
Não tem cheque?
 Procure o seu diretório e faça as assinaturas

Nome.....
 Endereço.....
 CEP..... Cidade..... Estado.....

Nova esquerda define princípios

Uma tendência do PT e não no PT, uma definição filosófica não comunista, funcionando sem centralismo-democrático enquanto corrente interna, e contra a ditadura do proletariado são as principais definições tiradas pelo encontro da Tendência Nova Esquerda, realizado em São Paulo em meados de fevereiro.

Railda Herrero

“Somos uma tendência do PT e não no PT”. Segundo o deputado federal José Genoíno, esta é uma das principais deliberações do Encontro da Tendência Nova Esquerda, realizado entre os dias 16 e 18 de fevereiro em São Paulo. Cerca de 100 militantes dessa corrente interna ao PT, inclusive 42 delegados

eleitos, representando 16 estados da federação, discutiram durante três dias sua visão sobre o socialismo, a estratégia e o caráter de sua Tendência. O presidente Nacional do PT, Luís Gushiken compareceu representando o Partido.

Dois grandes teses subsidiaram os debates. A primeira, intitulada “Para uma estratégia revolucionária”, era assinada

por Genoíno, Tarso Genro, Marcos Rolim, Maurício Faria, Jarbas Barbosa, José Guimarães, José Eduardo Utzig e Oseas Duarte. A segunda, “PT: que socialismo?”, era assinada por Ronaldo Oliveira Rocha, Rogério Correia, Arthur Scavoni e Jeferson Calaça.

O documento assinado por José Genoíno defende o marxismo como “uma referência teó-

rica, sem filiação, e não a única referência”, que se traduz no pluralismo e não no dogmatismo teórico. Nem mesmo o extinto Partido Revolucionário Comunista (PRC), onde a Nova Esquerda foi gerada, pensava diferente, argumenta Genoíno.

Os signatários da outra tese defendem uma postura antidogmática e pretendem “resgatar um núcleo racional do marxismo”. Mas esse conceito representa “uma visão fechada da história”, rebate Aldo Fornazieri, da Coordenação da Tendência, editor da revista Teoria e Política e membro do diretório Regional do PT em São Paulo.

A discussão sobre o caráter da tendência e sua filiação filosófica ao marxismo terminou com a definição da Nova Esquerda como uma tendência não-comunista. Oseas Duarte, também da Coordenação eleita pelo Encontro, acredita que o debate foi importante para fugir do dilema “ou social democracia ou socialismo burocrático”. Segundo ele, a corrente propôs uma nova concepção de socialismo. Ela se propõe à busca “do socialismo democrático, que não é mera transição para o comunismo”.

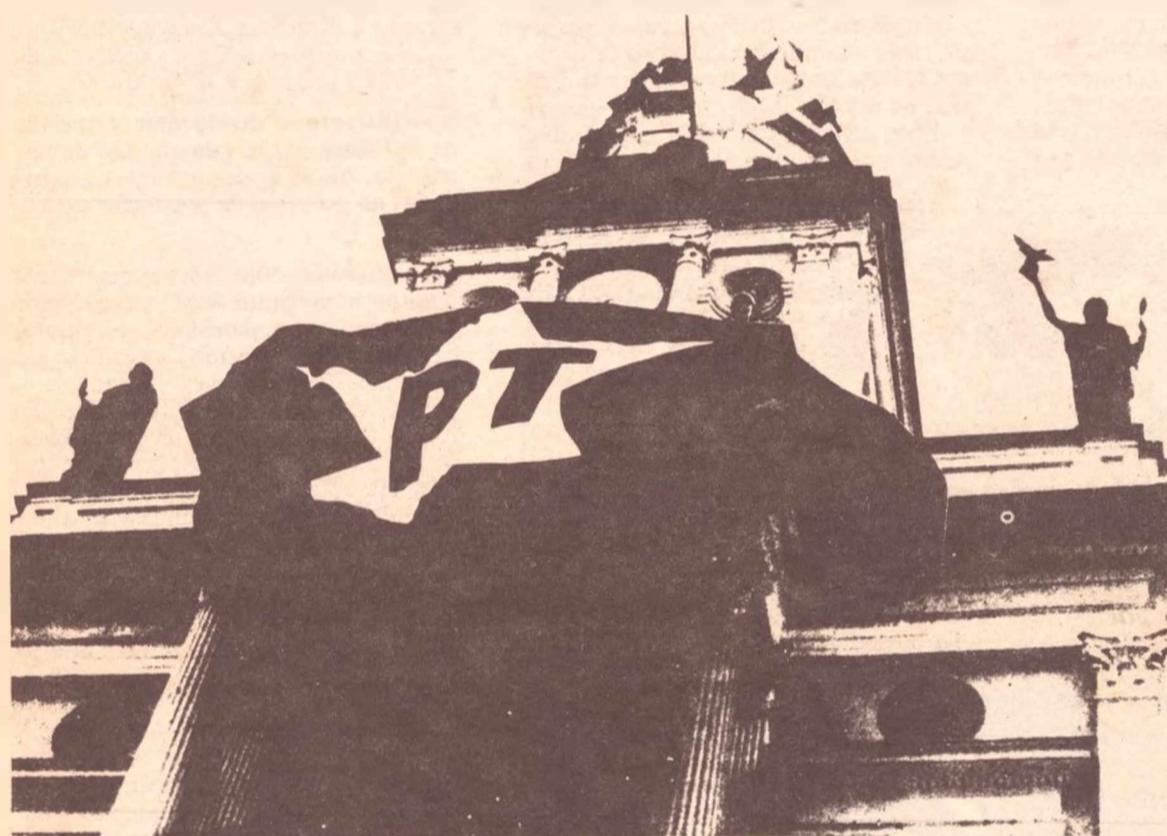
O deputado José Genoíno vê o Encontro da Nova Esquerda como enquadrado nas definições sobre as tendências do V Encontro Nacional do PT. Segundo ele foi importante para garantir que o PT avance e se

firme “como partido de massa e socialista”. Para os filiados a essa corrente interna ao PT a construção do Partido é “fundamental” e “a construção da tendência é inseparável da construção do PT, tanto política como organizativamente”.

A Nova esquerda, segundo os princípios aprovados no Encontro não centralizará a ação de seus militantes no interior do Partido. Seus militantes entendem que o único centralismo válido é o do PT. Do ponto de vista interno o importante é a idéia da unidade na ação e não o princípio do centralismo. As definições oficiais da tendência, no entanto, serão tiradas por maioria em seus respectivos fóruns.

A visão sobre democracia aprovada pelo Encontro é contrária à idéia de ditadura do proletariado. A sociedade deve ser “radicalmente democrática em suas relações constitutivas” e o Estado deve ser “de direito socialista”.

Uma coordenação a nível nacional, composta de vinte quadros, que se reúnem periodicamente, foi escolhida. Dela fazem parte José Genoíno, Tarso Genro, Maurício Faria, Marcos Rolim, José Eduardo Utzig e Aldo Fornazieri. Foram definidas também a existência de coordenações estaduais e municipais, além da realização de encontros nacionais a cada dois anos.



Capa da tese “Para uma Estratégia Revolucionária”

Chico Gordo vai derrotar Magri

A primeira prova que o ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri terá a enfrentar em suas pretensões de atrelar o movimento sindical ao governo Collor será as eleições dos dias 19 a 23 de março no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Envolvendo a direção do maior sindicato da América Latina, com uma base de 370 mil trabalhadores, dos quais 100 mil votam, a CUT pretende dessa vez derrotar não apenas o “sindicalismo de resultados” enraizado no maior centro industrial do país, mas também dar o primeiro golpe nas intenções do governo Collor de aparelhar o movimento sindical como instrumento de uma política recessiva que pretende implantar no país.

O metalúrgico e deputado estadual do PT Francisco de Souza, o “Chico Gordo” é o candidato apoiado pela CUT. Sua chapa foi escolhida em uma convenção que reuniu 760 trabalhadores, representando as tendências sindicais Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP), Convergência Socialista, Articulação, Força Socialista e Corrente Sindical Classista.

Em 1987, dividida em duas tendências, os sindicalistas ligados à CUT não conseguiram tirar o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo das mãos do “sindicalismo de resultados”. Mas, na sua tentativa de reeleição, o candidato da Chapa 1 Luís Antonio Medeiros vai enfrentar uma oposição unida na Chapa 2, e disposta a derrotar o sindicalismo de resultados no momento em que ele tenta virar governo, e aceita participar da farsa populista armada pelo novo presidente ao nomear um sindicalista para seu ministério.

Segundo Falcão o PT “clama” por um jornal nacional mas está consciente de que suas necessidades de comunicação vão mais além, e implicam realmente num projeto de comunicação comple-

Projeto de jornal

O projeto do jornal que o Partido dos Trabalhadores decidiu lançar este ano deverá ser aprovado pelo Diretório Nacional em sua reunião do dia 20 de março. No final de janeiro, a direção partidária constituiu uma comissão composta por dirigentes nacionais e profissionais de comunicação, encarregada de elaborar o projeto e submetê-lo à sua aprovação em março.

A espinha dorsal do novo órgão, segundo um dos membros dessa comissão, o secretário de Comunicação do PT, jornalista Rui Falcão, é construir um veículo que, num primeiro momento, fale diretamente aos petistas e ativistas do movimento sindical e popular espalhados por todo o país.

Segundo Falcão o PT “clama” por um jornal nacional mas está consciente de que suas necessidades de comunicação vão mais além, e implicam realmente num projeto de comunicação comple-

to, envolvendo televisão, rádio, revistas e jornais.

Atualmente a imprensa partidária nacional está limitada ao Boletim Nacional e à revista Teoria e Debate, editada pelo Diretório Regional de São Paulo. À exceção dos dois últimos meses de 89, o Boletim Nacional tem mantido edições mensais e tem circulado com 30.000 exemplares. Ele é enviado a 5.000 assinantes e a 800 diretórios e vendido à base de seu preço de custo. Nem sempre contudo, assinantes e diretórios cumprem seus compromissos com o Boletim, o que acaba significando subsídio por parte das finanças do partido para permitir a existência do Boletim.

Mas o projeto de jornal do PT ainda tem várias indefinições. Há diferentes opiniões sobre formato (standard ou tablóide), número de páginas, periodicidade e detalhes de ordem editorial. A produção do jornal, em princípio, deverá ser feita fora do PT e a redação composta de profissionais.

Sede nacional será “Fábrica de Política”

Uma série de atividades em todo o país vai marcar o aniversário de 10 anos do PT.
A construção da sede nacional deve ser o principal momento desta comemoração.

Márcia Milanésio

O PT vai adquirir ainda este ano barracões de fábrica desativada em antiga região fabril de São Paulo para instalar sua sede nacional e criar um centro cultural para desenvolver a vida partidária. A decisão é parte das comemorações dos 10 anos de PT, e foi aprovada pelo Diretório Nacional.

A idéia da Comissão Especial comemorativa dos 10 anos é seguir o exemplo da Fábrica Sesc Pompeia, em São Paulo, um sucesso de desempenho em promoções culturais. Na “Fábrica de Política” do PT, a intenção é criar espaços para reunião dos vários movimentos, para o funcionamento da sede nacional, das secretarias nacionais, além de um centro de convenções com livraria, restaurante e loja de artigos que vendam griffes do PT.

Segundo Marco Aurélio Garcia — membro da Comissão Especial para a comemoração dos 10 anos, os arquitetos do PT se dispuseram a desenvolver um projeto arquitetônico visando adaptar os espaços do prédio a ser adquirido às necessidades do partido. Para executar o projeto, petistas e simpatizantes serão convidados a trabalhar em mutirão.

O pontapé inicial para viabilizar o projeto já foi dado. Uma Campanha Nacional de finanças correrá o país no mês de abril: venda de bônus, realização de festas, livro de ouro, rifas etc. Com bom humor o slogan da campanha também já foi criado: “Seja acionista de uma Fábrica de Política”!

A aglutinação das instâncias do partido em um único espaço, além de facilitar o trabalho dos dirigentes e funcionários, fará com que o PT economize muito dinheiro e talvez venha até a lucrar com o restaurante e a loja — argumenta Marco Aurélio Garcia.

Eventos

Os eventos programados para a comemoração dos 10 anos são os seguintes:

Lançamento do vídeo: PT 10 anos. Produzido pela TVT e lançado no final do mês de abril. O vídeo será distribuído nacionalmente e os diretórios já podem fazer encomendas na Distribuidora do PT — Rua Domingos de Moraes, 2.400, CEP , telefone 549-3337, com Paulo Sondano.

Livro: Imagens do PT — Coordenador do projeto Kazumi Munakata. O livro trará fotos antológicas

da vida petista e o texto relatará a trajetória do PT nestes últimos 10 anos.

Seminários: Dois grandes seminários nacionais serão realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo entre o mês de abril e maio. Um deles tratará de questões importantes como: **O projeto estratégico do PT: O PT e o socialismo; A relação do PT com o movimento social e a ocupação dos espaços institucionais; O significado da criação do PT no contexto histórico da política brasileira.** Haverá também um seminário internacional sobre a questão do socialismo. Para esse seminário serão convidados companheiros representantes da esquerda de vários países.

PT Memória: Campanha Nacional, que será lançada no primeiro semestre de 1990. Tem como objetivo recuperar a memória partidária (documentos, fotografias, vídeos) e contará com uma equipe de pesquisadores que irão ajudar na estrutura e organização de todo o material recolhido.

Disco: O disco com as principais músicas sobre o PT ao longo dos 10 anos, será lançado também no 1.º semestre de 1990.

Festa Popular: 1.º de junho é o dia marcado para comemoração, em São Paulo, dos 10 anos de PT. Essa data de significado histórico, marca o aniversário da eleição da primeira reunião da Executiva Nacional do partido. Serão abertos, na ocasião, os trabalhos do 7.º Encontro Nacional do PT. O evento contará com a presença de todas as lideranças nacionais.



A festa do Diretório Municipal de São Paulo em fevereiro

No Rio, a “semana do PT”

O Diretório Municipal do Rio de Janeiro programou a “Semana do PT” para comemorar os 10 anos de fundação do Partido. A “Semana” constava de debates no Circo Voador, nos dias sete e oito de fevereiro, para discutir as mudanças no Leste Europeu e fazer um balanço das prefeituras do PT, além de uma festa no dia 10 e de um grito de carnaval, no dia 11,

domingo, na praia de Ipanema. Devido à greve dos rodoviários, a programação foi desmarcada e ficou restrita ao debate entre a Secretária Municipal de Cultura de São Paulo, Marilena Chauí, e de Luis Dulci, da Executiva Nacional, sobre os governos do PT. Várias zonais organizaram comemorações pela cidade em separado. (C.T.)

Quem foram os fundadores

Lula, Henfil, Hélio Pelegrino, Mário Pedrosa, Sérgio Buarque de Holanda, Modesto Carvalhosa, Jânio de Freitas, Cláudio Mamberti, Antonio Cândido, são alguns dos fundadores do PT. Eles assinaram juntamente com 400 outros trabalhadores, intelectuais, artistas de todo o País, o manifesto de fundação do Partido, aprovado no Colégio Sion, em São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980. No aniversário de 10 anos, o Boletim Nacional relembra alguns dos nomes que também assinaram aquele manifesto.

Argeu Quintanilha de Carvalho, Antônio Fernandes da Silva, Valdir Carlos Ferreira, Oscar Rufino Pereira, Wagner Paletto, Percival Maricato, Iramaya Benjamin, Aytan Sipahi, Pedro Luís Testa, Ozni Neri, Thelma Sandra Augusto de Souza, Mário Pedrosa, Sérgio Buarque de Holanda, Maria Augusta Mercelli, Hilda Sartori Correia, Otaviani Anselmo, Francisco Jesus da Paz, José Dirceu de Oliveira e Silva, Maria da Conceição D’Encou Mello, Modesto Carvalhosa, Valdemar

Raffa, David de Moraes, José Vítor Couto, Armelindo Passoni, Adalberto Naschenweng, Roberto Tomasi, Rafael Martinelli, Ismael Antônio Freire, Miriam Schiel, Antônio Sérgio Isamel, Luís Falconi, Luís Francisco da Silva, Mário Sérgio de Moraes, João Rocha, Humberto Soares de Almeida, Elias Pereira, Altino Rodrigues Dantas Jr., Doralina Rodrigues Carvalho, Antônio Augusto Oliveira de Campos, Milton Cícero Batista, José Alvaro Moisés, Fábio Munhoz, Jânio Freitas, Noé



O primeiro logotipo do PT

Guther, Hélio Pelegrino, Dulce Muniz, Cláudio Mamberti, Beatriz Pardi de Correa, Paulo Frateschi, Adalberto Guimarães de Souza, Pedro Dimitrov, Milton de Arruda Martins, Hilário Lopes, Eurípedes Pardal, Ubaldo Porto Ferreira, Antônio Messias da Silva, João Batista Gonçalves, Wolf Nornke,

Roberto Kishimani, Horácio Raineri Neto, João Lins Pereira, Silvio Pélico Elore, Devanir Morari, João Garcez Filho, José Cicoti, José Artur Gianotti, Vinícius Caldeira Brandit, Francisco de Oliveira, Antônio Cândido, Hugo Lenzi, Júlio Tavares, Alípio Raimundo Viana Freire, Lia Ribeiro Dias, Perseu Abramo, José Pedro da Silva, Diocleciano Goursand Hermida Villar, Antônio Carlos M. Ferreira, Francisco Moreno Ariza, Heitor Rodrigues de Oliveira, Marco Antônio F. de Faria, Mário da Costa Silva, José Mentor Guilherme de Mello Neto, Luís Inácio da Silva, Jacó Bittar, Paulo Skromov, Arnóbio Silva, Edson Khair, Henos Amorina, José Ibrahim, Mancel da Conceição, Olívio Dutra, Wagner Benevides, Ignácio Hernadez, Luís Soares, Francisco Auto, Firmo Trindade, Lorin Martins dos Santos, Godofredo Pinto, Sidney Lianza, Geraldo Siqueira Filho, Airton Soares, Henrique Santillo, José Eudes, Antônio Carlos, Aurélio Cance Filho, Ademar Santillo, Henfil.

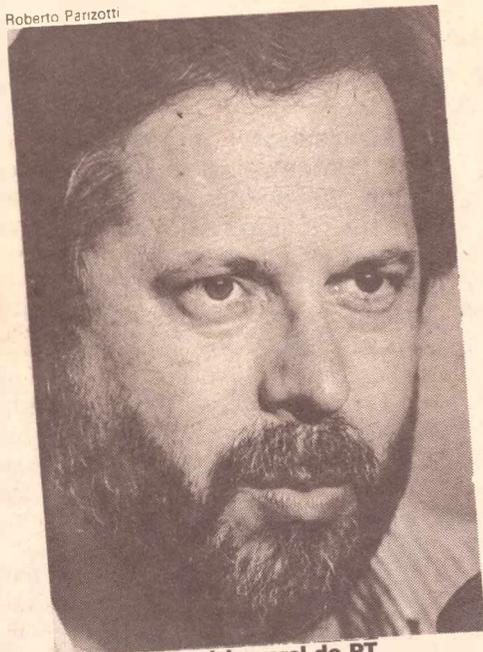
Estados começam

Criar alternativas de governos democráticos e populares no Brasil, e afirmar o partido como socialista e independente na disputa pela hegemonia do campo democrático. São estes os princípios que devem orientar as campanhas eleitorais do PT nos estados, segundo o deputado estadual José Dirceu, secretário geral do PT. Ele foi destacado pelo Diretório Nacional para acompanhar a nível nacional as articulações sucessórias este ano.

No intervalo entre uma viagem e outra que passou a realizar nas últimas semanas para cumprir a tarefa, Dirceu fez um balanço para o Boletim Nacional dos resultados e dificuldades que tem encontrado. A definição da política partidária em relação ao brizolismo e a tendência por parte de forças políticas da frente a ampliar demasiadamente o leque de alianças alcançando em algumas vezes a direita conservadora são os principais problemas que o PT vem enfrentando nesse processo. É o que está ocorrendo em estados como Alagoas, onde o PT não poderá participar de frente com Teotônio Vilela Júnior aceitando sua intenção de compor com representantes do PFL.

As chances do PT ganhar um governo de estado, segundo o secretário geral são maiores no Espírito Santo, desde que Victor Buaz concorde em concorrer pelo

Roberto Parizotti



Dirceu, secretário geral do PT

partido. As tendências em recompor o palanque do segundo turno contando, inclusive, com a presença do atual governador Max Mauro (do PSDB, em trânsito para o PDT) são fortes. A alternativa para o PT seria apoiar o prefeito de Cariacica, Vasco Alves, sem partido, ex-PSDB, que su-

biu ao palanque de Lula desde o primeiro turno das eleições do ano passado.

A nível nacional, a definição das eleições deste ano ocorrerá nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Essa avaliação, segundo Dirceu, vai levar a direção e os principais dirigentes do partido a concentrarem suas atenções nestes quatro estados. Se a oposição ganhar o governo destes estados - argumenta - o governo Collor terá perdido o controle de quase 50% da população, sem falar das capitais onde a oposição já ocupa as prefeituras. Nos cálculos do companheiro esses quatro estados podem eleger 200 deputados federais de oposição ao governo Collor.

Nesses estados, avalia Dirceu, a campanha do PT está avançando. São Paulo já tem um candidato indicado pelo Diretório Estadual, o deputado Plínio Sampaio (ver box). A tendência é repetir a frente construída no primeiro turno contando também com o apoio do PDT, o que ainda depende de uma decisão do brizolismo a nível nacional. As possibilidades eleitorais do Partido em São Paulo são indefinidas. Dirceu acredita que ainda faltam informações locais e nacionais para dar contorno ao processo sucessório no Estado de maior contingente eleitoral do país.



No Rio de Janeiro - segundo o balanço do secretário geral - o quadro da sucessão estadual dentro do partido ainda não está fechado e depende de discussão do Diretório Regional que vai ocorrer até o final de abril. Jorge Bittar, presidente do D.R. do Rio foi lançado candidato do PT. A tendência da maior parte dos partidos que compuseram a frente Brasil Popular, à exceção do PSB, é apoiar Brizola, um candidato considerado imbatível.

Plínio diz o que pensa do socialismo

Plínio Sampaio, candidato do PT ao governo de São Paulo, define para o Boletim Nacional o que pensa da crise do

Fabio Cypriano

Após uma semana de contatos com os partidos de esquerda na Itália, onde encontrou-se com o secretário do Partido Comunista Italiano, Achille Occhetto, e Giorgio Napolitano, importante teórico do PCI, além de parlamentares do PSI e do PCI, o deputado federal e membro de Executiva-Nacional Plínio Arruda Sampaio, indicado pelo Diretório Regional de São Paulo candidato a Governador do Estado, falou ao Boletim Nacional sobre princípios que defenderá em sua campanha a Governador.

BN: O que você conclui de suas conversas, nesta viagem à Itália, sobre as mudanças no leste europeu?

Plínio: O que me ficou dessas conversas é o seguinte: o único horizonte não sombrio da história moderna é o socialismo. Quem de fato tiver como objetivo da sua atividade política a melhoria das condições de vida do homem, a participação do homem comum no governo do Estado, o autogoverno das massas, está no campo socialista. Estar no campo socialista não implica estar num modelo fechado, rígido, de organização da economia e de organização do Estado ligado às idéias desenvolvidas pela 3.ª Internacional. Aliás o que está sendo derrubado na Europa, tanto pelos movimentos populares do Leste Europeu, como pelos movimentos políticos da Europa Ocidental, dentro dos Partidos Comunistas e Socialistas, é o socialismo de manual, construído a partir da 3.ª Internacional. Em outras palavras, o que está em xeque é a concepção de partido único, de ditadura do proletariado, da estatização a qualquer preço.

BN: Afirma-se que o socialismo e o comunismo morreram e com a instalação da economia de mercado nesses países o capitalismo passa a ter novo impulso. Você concorda?

Plínio: Não. Esses argumentos fazem parte da guerra que a direita move à esquerda pela busca de hegemonia ideológica. Esta guerra está se travando na Europa de uma maneira sofisticada. Aqui no Brasil ela ocorre de uma forma primitiva, através de um anticomunismo barato. Porém, há várias questões nessas afirmações. Primeiro: há quem diga que se vai claramente para uma economia de mercado capitalista no mundo do leste europeu, mas, na realidade, esses processos estão muito no começo. Quando, nesses países, a massa tiver que escolher entre os benefícios sociais que vinham recebendo, como o pleno emprego, e os ônus que terá que enfrentar para gozar o consumo de uma economia capitalista, não é nada certo que opte por uma economia capitalista. E o segundo ponto é, de fato o que está sendo eliminado é uma determinada formação concreta que o socialismo assumiu numa determinada quadra da história e em determinados lugares. É o que está em jogo. Mas isso não afeta em absoluto a idéia mesma do socialismo como busca do autogoverno das massas, da participação popular, do ideal de igualdade, da eliminação de preconceitos, de uma democracia que não seja apenas formal, mas real.

BN: O PT programou um seminário sobre a questão do socialismo. Sua viagem serviu para ajudar na organização desse encontro? Está prevista a participação de convidados de outros países?

Plínio: Nós estamos desejosos disso. A última eleição mostrou que o tipo de enten-

dimento que tínhamos no partido a respeito de como tratar as várias concepções de socialismo que existem entre os militantes foi um entendimento correto, funcional, para os primeiros 10 anos de vida



Plínio Sampaio, candidato a governador

do partido. Se não tivéssemos tido essa tolerância entre concepções bastante distintas, certamente não teríamos construído o partido, nem chegado à confluência que chegamos. Mas notamos também, durante a campanha, que a opinião pública está exigindo uma definição mais clara a respeito do socialismo do PT. Não que se exija uma definição jurídica, que diga "o socialismo é isso, quem não estiver de acordo com isso está fora". A uma formulação assim rígida não se vai chegar nunca e nem seria democrático. Mas o público quer que cheguemos a um aprofundamento de tal maneira que as forças adversárias que dialogam conosco no processo político saibam claramente dentro de que parâmetros joga o socialismo do

PT. Imaginamos começar não com uma decisão jurídica ou com uma mediação de forças, mas com um seminário, que é uma livre troca de idéias. Nessa viagem não fui mandatado pelo partido para fazer contatos, mas estudei vertentes de pensamento para auxiliar na escolha correta de convidados, porque defendo a tese de presenças internacionais no encontro.

BN: Este é um ano de campanha eleitoral para os governos estaduais e certamente haverá uma forte exploração pela direita do "fim do comunismo". Como você se prepara para enfrentar esses ataques em sua campanha?

Plínio: O PT não vai conseguir deixar de discutir a questão do socialismo. A direita vai querer colocar a questão, na tentativa de nos pôr na defensiva. O argumento é primário: se esses regimes estão sendo derrubados pela massa popular, como é que vocês do PT estão propondo um regime igual? A grande resposta é que nós não estamos propondo um regime igual, nem nunca o propusemos. O PT - e essa é uma das novidades do PT - nasceu como um socialismo novo. O PT nasceu quando já existiam os partidos que representavam rigorosamente o modelo da 3.ª Internacional. O PT formou-se à margem deles, exatamente porque criticava o regime do partido único, a falta de liberdade de imprensa, de participação da massa, de rotatividade dos partidos no governo. De modo que, se há um partido com autoridade moral e política para se sentir justificado com o que ocorre na Europa do Leste, este partido é o PT.

BN: Mas sua campanha é para marcar posição sobre o socialismo ou para ganhar?
Plínio: A campanha tem que ter um caráter socialista, é uma campanha socialista,

a definir candidatos



que do segundo turno do ano passado em torno dos nomes de João Paulo Pires, deputado federal e sindicalista do PT, ou do também deputado federal Virgílio Guimarães, cuja força eleitoral quase garantiu sua vitória sobre Pimenta da Veiga para a prefeitura de Belo Horizonte em 1989.

Segundo Grau

Num segundo grau de importância dentro da estratégia partidária relatada por Dirceu para as eleições deste ano estão as sucessões estaduais nos estados de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e no Distrito Federal, Goiás e Ceará também seriam estados situados nesse nível de prioridade, mas dificilmente o partido conseguirá, na avaliação do secretário-geral, reproduzir algum tipo de frente que se conseguiu construir no primeiro ou no segundo turno das eleições presidenciais.

Ainda que o senador Iran Saraiva, candidato do PDT ao governo de Goiás possa ser considerado progressista, o PT está trabalhando em torno de um nome próprio, como o de Valdi Camarcio, tesoureiro do Diretório Nacional e membro da Executiva Nacional do PT. A avaliação é de que as forças que apoiam o candidato do PDT são incompatíveis com a política de alianças petista.

Esse problema ocorre também no Ceará, com o candidato do PDT Lúcio Alcântara, que veio do PFL. O PT tende a optar por um candidato próprio, talvez o deputado estadual João Alfredo. Mas essa decisão, segundo Dirceu, representaria renunciar a eleger um potencial deputado federal.

No Distrito Federal, o cacife do PT, herdado da campanha presidencial, é bastante alto. O nome de Lauro Campos tem força para reproduzir o palanque do segundo turno, à medida em que o PSDB tem postura à esquerda. A dificuldade é o candidato do PDT, Maurício Correia que pode tornar necessário o apoio ao nome do PSDB, deputado Sigmaringa Seixas, como alternativa de composição com o PDT.

O quadro das discussões em Pernambuco é bastante parecido com o de Alagoas e vale também para Santa Catarina, e Pará. Nesses Estados a tendência dos demais partidos colocados à esquerda, de ampliar em direção a um leque inaceitável para o PT pode levar ao lançamento de candidaturas petistas próprias.

A tentativa do PT, PSB, PCdoB e de Arraes, de trazer Jarbas Vasconcelos para o campo democrático e popular em Pernambuco pode fracassar, assim como a unidade em torno de candidatos como Al-

mir Gabriel (PSDB) no Pará, e Nelson Wedekin (PDT) em Santa Catarina.

O quadro relatado por Dirceu sobre a Bahia é ainda mais indefinido. Valdir Pires acabou de ir para o PDT, e se seu grupo não aprovar um nome digerível o PT deve lançar candidato próprio, talvez o nome de José Sergio Gabireli.

Maranhão, Piauí, e Sergipe são estados onde as oligarquias tem dois candidatos e a tendência dos partidos que compuseram as alianças do ano passado é optar pelo menos mal. O PT nesses estados não apoiará essa política e deve lançar candidatos próprios. Em estados como o Rio Grande do Norte, e Paraíba, os candidatos do PDT também são inaceitáveis diante dos princípios partidários e o PT deverá sair com candidatos próprios. No Rio Grande do Norte, o nome do PT pode ser o do ex-prefeito de Janduis.

Nos demais estados revela Dirceu há nomes sendo sondados, como o do escritor Márcio de Souza para o Amazonas. Em outros o quadro é ainda indefinido, como no Mato Grosso. No Amapá há inclusive possibilidade de criar uma frente progressista. No Acre, Tocantins, Rondônia e Roraima, na pior das hipóteses, o PT pretende trabalhar para eleger deputados estaduais.

ismo

socialismo real.

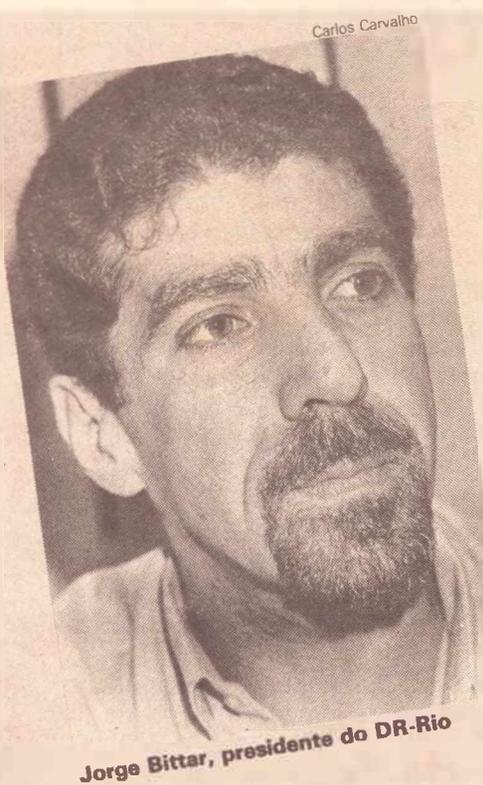
mas ela precisa concretizar esse socialismo em São Paulo, em 1990, nos problemas reais que a população sofre. Vamos expressar no conteúdo das questões graves como moradia, transportes, saúde e educação, que o enfoque socialista representa a melhor resolução para os problemas do Estado. Neste sentido, a nossa estratégia é fazer uma campanha socialista para ganhar, porque tem conteúdo político. E o PT não pode abrir mão de uma campanha para ganhar, porque não fazê-lo é um desrespeito para com o eleitor.

BN: No plano da política de alianças, o PT não se prejudica em suas coligações, por exemplo com o PCdoB, que ainda defende o sistema político da Albânia?

Plínio: Todos esses acontecimentos no Leste europeu estão se sucedendo com uma velocidade extraordinária. Há 6 meses ninguém imaginava o que se sucede na Alemanha, hoje. Obviamente esses acontecimentos obrigam o PCdoB a uma reflexão mais profunda sobre sua proposta. O PCdoB é composto por gente séria, com uma grande participação na história desse país, profundamente dedicadas à causa pública e eu não tenho a menor dúvida de que farão um ajuste, uma revisão de suas posições para ficar no mesmo tom que a humanidade está falando.

BN: E quanto à questão do candidato a vice-governador. Há alguma indicação?

Plínio: Por enquanto existem 3 perfis: um sindicalista de grande liderança, uma mulher com forte penetração nos movimentos populares ou alguém do interior do estado com grande representatividade. São apenas perfis ideais. Caberá ao PT e aos partidos que com ele organizarem uma frente para a disputa escolherem qual é o melhor perfil e quem poderá ocupá-lo.



Carlos Tautz

“A discussão está em curso. Em reunião no dia 14 de janeiro, o Diretório Regional indicou a candidatura própria ao governo do Estado. Se fosse feito um plebiscito hoje dentro do partido, a opinião ainda seria a mesma. Mas até a convenção de abril, ainda vai haver muita discussão sobre este tema. Para que o PT fizesse uma coligação com o PDT, seria preciso que o PDT mostrasse vontade de mudar alguns de seus métodos de governo que nós já conhecemos, como centralização das decisões e o não apoio à organização do movimento popular. Seria preciso que o PDT isolasse a sua direita, os representantes do chaguismo. Além disso, o PDT teria de se comprometer com uma propos-

O PDT precisa isolar sua direita

Indicado pelo Diretório Regional do Rio para disputar a sucessão no Estado, o presidente do DR, Jorge Bittar, expõe as condições para fazer uma coligação com PDT.

ta democrática de governo, que é proposta do PT. Para nós, estrategicamente, seria muito importante sairmos na coligação com o candidato a senador, e não a vice-governador. É muito importante o PT ter alguém no senado. E isso reforçaria a candidatura do partido nas próximas eleições a prefeito, quando nem Brizola nem Marcello Allencar concorrerem”.

Frente Brasil Popular

“Acho muito difícil reviver a Frente Brasil no Rio. Porque os demais partidos de esquerda querem coligações não só na candidatura majoritária mas também nas proporcionais. E o PC do B e o PSB insistem que a coligação inclua o PDT. O partido tem essa tendência a não aceitar. Para fazer qualquer coligação, com que partido for, é preciso ressaltar os propósitos democráticos do PT. Para ampliarmos a frente aqui no Rio, com o PDT ou com outros partidos de esquerda, é preciso que o PT não se dilua na coligação.

Crescimento do PT no Rio em dez anos

“Três fatores contribuíram para o crescimento do PT. Eu destaco o ano de 85 como um marco, porque até aí o partido estava dividido internamente. Em 86,

com a coligação com o PV, nós mostramos para a sociedade que o PT era um partido mais aberto, não tão radical. Em 2.º lugar, foi o fortalecimento do movimento popular no Rio, principalmente o sindical. Em terceiro lugar, em 88 conseguimos ter uma candidatura que conseguiu penetrar tanto nas áreas populares quanto na classe média e, por fim, em 88 mostramos um discurso de competência, não batendo de frente com o PDT, que seria uma loucura, dada a base que este partido tem no estado. Com isso roubamos vários votos do PDT.

Conjuntura pós-eleição Collor

“É possível que o Collor arme alguma no início de governo, como Plano Cruzado, com o dinheiro estrangeiro que ele vai conseguir tentando privatizar as estatais. Ele pode até conseguir algum sacrifício do Capital, mas será só queima de gordura, porque eles já ganharam muito, além de implementar uma política paternalista, distribuindo cestas básicas e dizendo que irá caçar corruptos. Com a escolha do Magri, ele deixa clara a intenção de se confrontar com a CUT. O objetivo dele, a médio prazo, é construir uma base sindical de direita que lhe dê o embasamento social que ele não tem”.

Impasses e avanços em São Paulo

Oficialmente lançado em outubro do ano passado, o projeto de alfabetização de jovens e adultos do município de São Paulo (MOVA) enfrenta dificuldades como a insuficiência de profissionais capacitados e morosidade da máquina administrativa.

O combate ao analfabetismo e a extensão do ensino básico não deve ser trabalho exclusivo do governo federal. Este é o ponto de vista do PT, e não poderia ser diferente: desde o início de 1989 administramos cidades onde a educação é um dos muitos direitos não atendidos. Só na região metropolitana da Grande São Paulo há um milhão de jovens e adultos sem escola, além de dois milhões e meio de jovens e adultos com menos de quatro anos de estudo.

Esta situação vem motivando as administrações municipais comandadas pelo PT a adotar políticas de combate ao analfabetismo. Em São Paulo há uma experiência que, pela dimensão e pela nova concepção, deve ser discutida em todo o Partido. Trata-se do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo (MOVA).

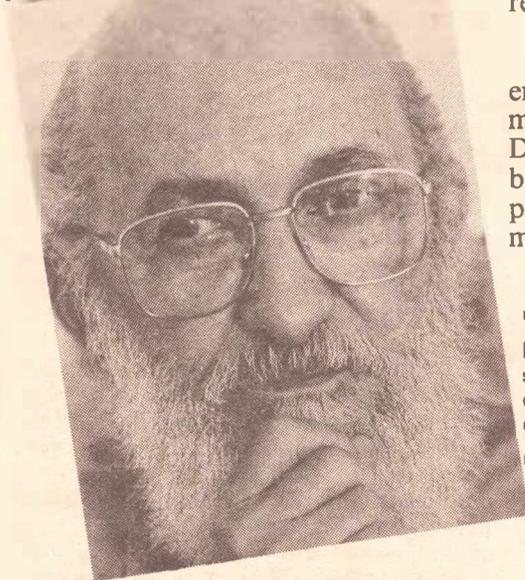
A partir do momento em que Paulo Freire assumiu a Secretaria Municipal de Educação (SME), representantes de movimentos populares que trabalham com alfabetização de adultos começaram a procurá-lo para ver que tipo de apoio a SME poderia dar a esses movimentos.

Atendidas a princípio individualmente, foi sugerido que se organizassem num FÓRUM, que passou a ser, a partir de abril de 1989, o interlocutor dos movimentos junto à Secretaria, discutindo e elaborando, juntamente com assessores técnicos da SME, o projeto do "Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de SP".

A diferença entre esta iniciativa e as demais é o fato de se tratar de uma iniciativa conjunta dos movimentos de alfabetização e da administração pública. Noutras palavras, há uma enorme preocupação em se garantir a autonomia dos movimentos em relação à máquina. Há também a preocupação de se acentuar o caráter processual da alfabetização, entendida como um processo fundamental na conquista da cidadania, rejeitando assim aquelas concepções que sugerem ser possível, unicamente através da realização de campanhas de tipo tradicional, naturalmente sem nenhuma dimensão política, erradicar o analfabetismo.

Esta concepção do MOVA foi construída ao longo de 1989, a partir de um intenso debate que envolveu os educadores do PT, a Secretaria Municipal de Educação e os in-

Jesus Carlos



tegrantes dos movimentos populares de alfabetização.

A principal questão em debate era o grau de autonomia dos movimentos em relação à administração. Da parte de alguns setores do movimento. Tais entidades se comprometem a manter em funcionamento as classes, garantindo o lo-

Paulo Freire,
secretário
da Educação
de São Paulo

Mais de 20 milhões de analfabetos

O ministro colorido da educação, Carlos Chiarelli anda prometendo acabar com o analfabetismo no Brasil. Não será fácil: calcula-se existir mais de 20 milhões de jovens e adultos brasileiros sem instrução, e mais de 15 milhões de semi-alfabetizados. Aliás, o índice de analfabetismo em nosso País vem aumentando nos últimos anos.

O problema do analfabetismo não é brasileiro. A UNESCO estima a existência de mais de 100 milhões de crianças sem escola no mundo, sem contar os adultos que não estudaram. O total mundial de analfabetos é de 900 milhões de pessoas, o que moti-

vou a UNESCO a aclamar 1990 como o "Ano Internacional de Alfabetização".

A gravidade da situação brasileira provocou uma mobilização dos setores organizados da sociedade. Isto se refletiu na nova Constituição federal, que determinou que os Estados e Municípios deverão aplicar na educação no mínimo 25% dos recursos provenientes dos impostos, sendo que a metade deste montante deverá ser destinada para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. A meta da Constituição é erradicar o analfabetismo nos próximos 10 anos.

vimentos, houve inicialmente quem propusesse uma autonomia total, cabendo à prefeitura apenas a função de repassadora de recursos. Alguns educadores do PT e alguns membros da equipe da Secretaria Municipal de Educação sugeriram que a administração deveria ter controle sobre o conjunto do projeto, reduzindo drasticamente a autonomia dos movimentos. Em defesa desta última posição, dizia-se por exemplo que o MOVA poderia se constituir numa iniciativa paralela aos esforços da administração.

A concepção finalmente vitoriosa evitou tanto a autonomia completa dos movimentos quanto o controle total por parte da administração. Decidiu-se que o projeto será viabilizado através do estabelecimento de convênios entre a prefeitura e as entidades ligadas aos movimentos populares que trabalham com alfa-

cal, selecionando e contratando monitores e supervisores. Hoje há 14 convênios firmados e 300 núcleos de alfabetização funcionando. Pretende-se constituir, até o final de 1990, dois mil desses núcleos.

A prefeitura garante a capacitação pedagógica desses monitores e supervisores, através de um curso inicial e do acompanhamento semanal - já iniciado - além do apoio financeiro.

O MOVA foi oficialmente lançado em 29 de outubro de 1989, no plenário da Câmara Municipal de São Paulo. Desde então, além das atividades programadas, tem contribuído com outras prefeituras petistas e auxiliado em experiências semelhantes noutros pontos do país. E, no segundo semestre de 1990, realizará algo inédito: um Congresso de Alfabetizandos.

O fato de 1990 ser o "Ano Mundial da Alfabetização", e a presença de Paulo Freire como titular da Secretaria amorteceram muitas das críticas que a direita tradicionalmente dirige contra aqueles projetos da administração que carregam a marca petista. Ao contrário, a imprensa não tem dado a cobertura necessária para a iniciativa.

As poucas críticas concentraram-se na possível dimensão fortemente política do programa e o pagamento dos monitores. Do ponto de vista do MOVA, a alfabetização deve criar uma consciência crítica da cidadania, tendo assim uma dimensão política. E o pagamento dos monitores se faz necessário, ainda que não pelos padrões de mercado, para permitir sua dedicação à atividade.

Outra das críticas era dirigida ao fato de que algumas das classes não funcionariam em locais adequados, o que levaria a uma "deterioração do ensino" - o que não corresponde à experiência prática de grande número de excelentes experiências educativas, a maioria feita em precárias condições materiais.

Os problemas enfrentados pelo MOVA vêm de outros lugares. De um lado, do número insuficiente de quadros técnicos capacitados a acompanhar o projeto, criando dificuldades para a constituição da equipe pedagógica responsável. De outro lado, há o fato de que a prefeitura só pode firmar convênios com entidades juridicamente constituídas, o que não corresponde à situação da maioria dos movimentos populares de alfabetização. Além disso, há a morosidade da máquina administrativa, que impede a agilidade necessária a um projeto desta natureza. Outra ordem de problemas diz respeito ao futuro do projeto. Recentemente houve uma alteração na equipe responsável pelo MOVA. Saíram aqueles que desenvolveram a parte inicial do projeto, não ficando claro se a mudança de equipe produzirá também uma mudança de orientação. Contudo, dada a importância do Movimento de Alfabetização, é necessário que o Partido, e principalmente os movimentos mantenham-se atentos.

Afinal, além da importância existente na alfabetização de 180 mil paulistas (previsão até o final de 1992), o MOVA constitui um sinal tanto do compromisso com a melhoria das condições de vida da população quanto de respeito à autonomia dos movimentos. (V.P.)

FSLN confirma vocação democrática

se reservavam o direito a desconfiar da limpeza do pleito; que apoiaram e financiaram abertamente a UNO (União Nacional Opositora), aliança anti-sandinista de 11 partidos; que financiaram e sustentaram os "contras", mercenários e agentes de uma agressão estrangeira, cuja ação viola todas as normas de direito internacional, como sentenciou o Tribunal de Haia, e que estão umbilicalmente vinculados à UNO; que declararam uma guerra à Revolução que matou mais de 30 mil nicaraguenses e privou o povo dos recursos que foram destinados à defesa nacional, chegando a consumir mais de 50% do orçamento, impedindo o desenvolvimento e os investimentos para satisfação das necessidades populares; que, cinicamente, hoje declaram levantado o bloqueio que castigou economicamente a Nicarágua durante tantos anos...

Mas, isso seria suficiente para explicar a derrota?

Terceira reação: a reflexão. Ou seja, a tentativa de achar respostas para os aparentes paradoxos e de encontrar uma racionalidade para a complexidade dos fatos.

A guerra, com todas as consequências, fora realmente o único fator para explicar a derrota? Não houve outros fatores, de dinâmica interna, que condicionaram este resultado?

Indagações dolorosas, porém, necessárias. Certas informações sobre a maneira como o governo sandinista administrou a gravíssima crise econômica indicam que houve, no mínimo, contradições entre os postulados da Revolução e uma prática que, ainda que justificada no discurso, se comprometia a cada dia com concessões de todo tipo a setores que acumulavam certos privilégios perante uma população condenada a todos os sacrifícios. Se é verdade que a Revolução não podia perder seus aliados no campo da burguesia, o preço nunca podia ser pago com a miséria da maioria.

Por outro lado, em termos estratégicos, estava claro que os "contras" haviam sido militarmente derrotados, também com o sacrifício de milhares de vidas. Por que, então, na reunião centro-americana de 10 e 11 de dezembro passado, em São José (Costa Rica), o Presidente Daniel Ortega, que sempre qualificara o governo de El Salvador como assassino, subscreve um manifesto de apoio mútuo com Alfredo Gristiani, além dos governos de Costa Rica, Honduras e Guatemala, e faz triunfar a tese de que a Frente Farabundo Marti e os "contras" nicaraguenses são duas caras de uma mesma violência? Era necessária esta concessão, que completou-se com a aceitação

de congelar a demanda contra Honduras, perante a Corte Internacional de Justiça, pela presença dos contras no seu território?

Ninguém duvida das dificuldades, tanto para enfrentar a crise econômica como para implementar uma estratégia de paz, dois elementos estreitamente interdependentes. Até que ponto a crise do "mundo socialista", abertamente positiva para a sua democratização, significou a perda de apoios concretos para a Revolução Nicaraguense? Não há notícias de que a viagem de Ortega pelos países do Leste Europeu, seis meses atrás, tenha obtido resultados positivos. Há motivos para se pensar que a perda de influência estratégica da URSS, no esquema de concessões para a distensão mundial, afeta de alguma maneira a continuidade dos processos revolucionários na área de influência dos Estados Unidos.

O caminho das concessões, porém, não parece ser o apropriado quando um povo, acostumado a todos os sacrifícios, aprende a cobrar maior fidelidade entre o discurso e a prática. Não obstante, há dados extremamente positivos. A Frente Sandinista cumpriu, com honestidade, o mandato constitucional, consolidou a democracia e o sistema pluripartidarista. Além disso tem poder suficiente para defender as conquistas da Revolução que constam na Constituição elaborada com a ativa participação de todos os setores do país.

A história não volta atrás. Ontem foi a insurreição popular, a greve geral, os combates heróicos, as cidades liberadas, e por fim, a derrota da ditadura e a tomada do poder, no dia 19 de julho de 1979. Hoje, a confirmação da vocação verdadeiramente democrática desta Revolução. Amanhã, a retomada das bandeiras, inspiradas no pensamento e no exemplo de Sandino e de Fonseca Amador, por uma Nicarágua livre em direção ao socialismo.

DN aponta intervenção dos EUA

Os verdadeiros responsáveis pela grave crise econômica que abalou o povo nicaraguense e que levou ao triunfo a União Nacional Opositora (UNO) são os Estados Unidos. A posição, representa a opinião oficial da executiva nacional do PT, sobre o resultado das eleições na Nicarágua manifestado na seguinte nota oficial:

O partido dos Trabalhadores, em relação ao resultado das eleições na Nicarágua, realizadas em 25 de fevereiro de 1990, declara:

1. A história reconhecerá à FSLN a tarefa extraordinária de haver patrocinado e garantido eleições livres pela segunda vez na história da Nicarágua. Ao assegurar esse avanço democrático, a FSLN demonstrou seu compromisso autêntico com a democracia e o pluripartidarismo.

2. A derrota eleitoral dos candidatos da Frente não pode ser compreendida sem uma avaliação profunda das consequências, sofridas pelo povo nicaraguense, da intervenção direta dos Estados Unidos durante os 10 anos de governo sandinista.

3. Pressões econômicas de todo tipo, cuja máxima expressão foi o bloqueio imposto durante todos esses anos e agora cinicamente suspenso pela ad-

ministração Bush; e pressões militares, que implicaram no esforço concentrado na luta pela defesa nacional e na derrota militar da "contra" armada e sustentada economicamente pelo governo dos EUA, significaram um desgaste objetivo para o governo sandinista, que teve que desviar para a defesa nacional recursos que não puderam ser destinados à satisfação das necessidades do povo.

4. "No UNO, no money" ("Sem UNO, não tem dinheiro") foi o lema da campanha de Violeta Chamorro e refletiu o apoio expresso do governo norte-americano à aliança anti-sandinista liderada pelo COSEP (Consejo Superior de la Empresa privada), e a CDN (Coordinadora Democrática Nicaraguense).

5. Nesta nova situação, o Partido dos Trabalhadores espera e faz votos para que o povo da Nicarágua saiba defender suas conquistas, e para que o novo governo respeite a vontade popular e dê continuidade à convivência democrática, pois só assim será possível um futuro de paz e bem-estar para os nicaraguenses.

Comissão Executiva Nacional

Ortega, com sua companheira Rosária, diz que aceitará os resultados eleitorais.

Ana Carletti

Primeira reação: a perplexidade. Segundo todas as notícias a Revolução não corria riscos, a vitória era uma certeza; todas as pesquisas o confirmavam (todas, menos uma, segundo soubemos depois): 50% para Daniel, 25% para Chamorro; o comício de encerramento havia reunido entre 350.000 e 500.000 pessoas (dependendo das fontes) que juraram não trair a Revolução. O que havia ocorrido para reverter totalmente este quadro?

Segunda reação: a raiva. Contra os inimigos da Revolução, hoje triunfantes nas urnas. Mas principalmente, contra os Estados Unidos que tanto hostilizaram esse processo, e que continuavam a afirmar que, mesmo com 2.500 observadores internacionais, eles

Farabundo Marti reafirma compromissos

Entendendo que as eleições na Nicarágua comprovaram a vocação e o compromisso democrático dos sandinistas, a Frente Farabundo Marti em nota oficial prometeu redobrar sua luta pela democracia em El Salvador.

Redobrar a luta para conquistar uma autêntica democracia em El Salvador, é o compromisso assumido pela Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional diante da derrota do movimento sandinista nas eleições presidenciais na Nicarágua. Na declaração, expressa em nota oficial, a Frente descreve como continuará a sua luta para implantar efetivamente o sistema democrático em El Salvador.

Segundo os salvadorenses o processo democrático aberto garantido pela Frente Sandinista na Nicarágua contrasta com a sistemática de sufocamento das liberdades públicas, o autoritarismo ditatorial, a intransigência e o monopólio do poder por parte dos setores fascistas da Força Armada Salvadorenha, da oligarquia e do partido Arena.

A Frente lamenta, entretanto, que o resultado obtido pelos sandinistas nas últimas eleições não tenha sido o esperado. Acrescenta, por outro lado, sua consciência quanto à importância dos sandinistas como principal garantia para a implantação da democracia, da justiça social e da participação popular na Nicarágua. Em seguida extrai da nota da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional.

"As eleições na Nicarágua foram exemplo para todo o mundo da voca-

ção e do compromisso democrático até as últimas consequências, assumido com audácia e com plena responsabilidade histórica pela Frente Sandinista de Libertação Nacional".

"Só a vitória em 1979 e a posterior consolidação da Revolução Popular Sandinista tornaram possível um processo eleitoral marcado pela transparência e sentido democrático verdadeiramente exemplares, apesar dos ilegítimos e até criminosos obstáculos representados pela política dos Estados Unidos.

Lamentamos, certamente, o resultado adverso obtido pela Frente Sandinista nestas últimas eleições. Sem dúvida, contudo, ele confirma que os Sandinistas são individualmente a principal e mais importante força política na Nicarágua, sem dúvida a principal garantia para o desenvolvimento da democracia e conquista da maior justiça social e participação popular".

Ao concluir a nota assinada pelos comandantes Francisco Jovel, Afik Handal, Eduardo Sancho, Salvador Ceren e Joaquim Villalobos exorta os Estados Unidos e o Governo de El Salvador a não obstruírem por mais tempo as negociações para levar o país à democracia, à justiça social e à paz duradoura.

A revolução não foi derrotada

Uma advertência contra as tentativas de derrubar as conquistas da Revolução e uma avaliação das razões que levaram à vitória da UNO são tratadas pelo presidente Daniel Ortega em discurso que pronunciou diante de representantes estrangeiros em Manágua.

O resultado das urnas na Nicarágua não representou uma traição popular à Revolução. "A Revolução não pode ser traída, a Revolução não pode ser liquidada", afirmou o presidente Daniel Ortega, candidato da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), em discurso pronunciado dia 28 último, em Manágua, a um grupo de observadores internacionais e membros de comitês de solidariedade que acompanharam as eleições nicaraguenses.

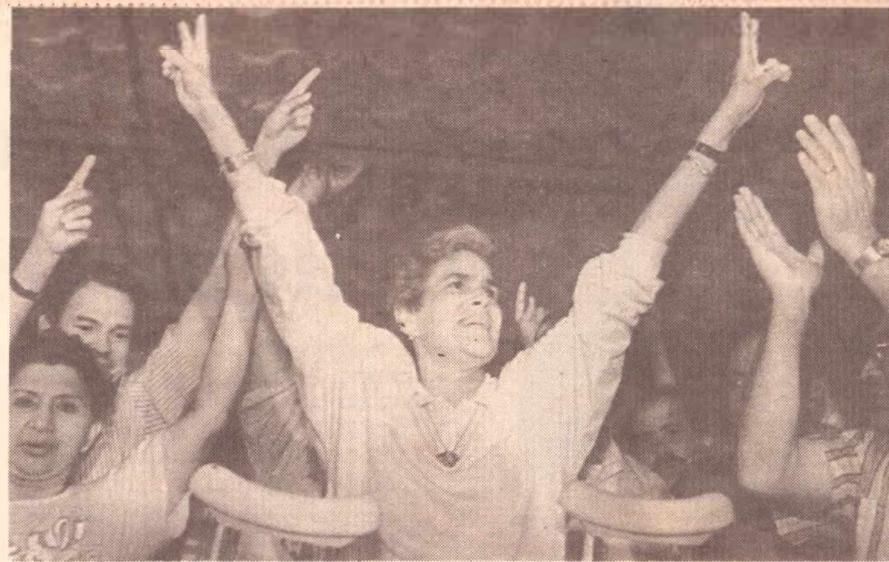
Na ocasião, o comandante sandinista analisou as razões do resultado favorável à União Nacional Opositora (UNO), de Violeta Chamorro, e alertou a opinião pública internacional para o fato de que, depois de tantas mortes, quando a consolidação da democracia se encontra ao alcance das mãos, uma atitude intransigente tente desmantelar o processo revolucionário na Nicarágua. Isso, garantiu Ortega, "nunca jamais o permiteremos, nunca jamais o povo da Nicarágua permitirá".

Segundo Ortega, os sandinistas continuarão trabalhando junto ao

povo nos bairros, nas fábricas, nas cidades, em condições muito melhores que as de antes do dia 19 de julho de 1979, quando a Frente assumiu o governo. Na época, lembra o comandante, os sandinistas viviam clandestinamente, e eram perseguidos pela Guarda Nacional quando se dirigiam ao povo. "Agora conquistamos direitos que não podem ser violados, como o direito de organização, o direito à greve e à liberdade de expressão."

Avaliação

"Não foi nossa responsabilidade, nossa culpa, independentemente dos erros cometidos: não foram eles os elementos determinantes do resultado das eleições de 25 de fevereiro", garantiu o presidente da Nicarágua. Para ele os fatores decisivos da vitória de Violeta Chamorro são muito claros: "Se os Estados Unidos não tivessem feito esta guerra contra o povo nicaraguense, se não tivessem matado tantos nicaraguenses, se não tivessem feito o bloqueio econômico na Nicarágua, a Revolução teria tido mais recursos para dar resposta aos problemas econômicos e sociais do país".



Violeta Chamorro

"Quem convoca eleições corre o risco de perdê-las. O resultado das urnas não foi uma derrota do Sandinismo. Não podemos admitir que o resultado das urnas seja considerado como derrota da Revolução. Pelo contrário, ele coloca em prova a vontade política, democrática e pacifista da Revolução nicaraguense", sustenta o presidente.

"Agora nós vamos governar a partir de baixo, e vamos governar com um sentido construtivo." Ortega conta que, numa ocasião, afirmou que "o poder não poderia ser entregue", e isso foi mal-interpretado. Reafirmou, no entanto, que "qualquer sistema que se diga democrático o poder tem que residir no povo, e o povo não pode transfe-

rir todo seu poder a um governo, porque senão deixaria de existir, seria silenciado, se converteria em escravo do governo".

Com base nesse princípio Ortega aceita a decisão da maioria da população nicaraguense de entregar o governo à União Nacional Opositora. "Uma maioria da população decidiu colocar à prova as promessas da UNO de resolver o problema econômico e social, problemas que a revolução nas condições desvantajosas não conseguiu resolver." Como oposição, no entanto, sustenta Ortega, os sandinistas agora têm o dever de "velar para que se respeitem as conquistas revolucionárias" e os direitos do povo.

Lula cumprimenta Mandela

O Partido dos Trabalhadores também está comemorando a libertação de Nelson Mandela, líder negro sul-africano. Em telegrama datado de 20 de fevereiro, o dirigente do Partido Luís Inácio Lula da Sil-

va cumprimentou Mandela, fazendo votos "para que os anseios em prol de uma sociedade anti-racista e verdadeiramente democrática, anseios comuns ao povo brasileiro, estejam perto da sua realização."

PT condena prisão no Haiti

Frank Senat, uma das figuras mais importantes na luta pela democracia no Haiti, foi preso e desapareceu. Nota oficial do PT, assinada pelo presidente nacional, Luís Gushiken, condena o arbítrio do regime haitiano.

O Partido dos Trabalhadores distribuiu nota oficial manifestando sua preocupação diante da arbitrária prisão e desaparecimento do líder político haitiano Frank Senat. Na nota, assinada pelo presidente nacional do PT, Luís Gushiken, o Partido solicita imediatas providências a fim de garantir o respeito à vida e à liberdade de Frank Senat, "direitos fundamentais em toda sociedade democrática".

Frank Senat é uma das figuras mais importantes na luta pela democracia no Haiti. Foi uma das primeiras vítimas da ditadura de François Duvalier, que o conde-

nou à clandestinidade. Ficou detido nas Ilhas de Bahamas durante seis anos, no fim dos anos 60, acusado de atividades de oposição ao regime de Duvalier.

Libertado, chegou à França onde fundou o Comitê de Organização de Refugiados Haitianos, junto ao sindicalista haitiano Ulrich Joly, o que permitiu a organização de centenas de refugiados políticos haitianos. Condenado à morte por Duvalier, ele retornou ao Haiti sob o regime de Baby Doc, onde se dedicou à luta por uma Constituição Democrática no Haiti.



Mandela, com sua mulher Winnie

Avançar para o reino da liberdade

Em princípio de janeiro Sávio Bones retornou ao Brasil, vindo da República Democrática da Alemanha (RDA). Ele trazia na bagagem, além das saudades e um pouco de frustração, a certeza de que a luta pela construção de uma sociedade realmente socialista requer bem mais que a construção de uma vida material mais humana.

Sávio Bones *

A construção do Socialismo requer sobretudo a construção de mecanismos de Poder Popular, onde o Estado juridicamente popular se confunde com o Estado realmente popular. Onde os trabalhadores e a grande maioria deserdada, mediados por suas próprias instituições, determinem o seu próprio futuro. O afastamento desta precondição fundamental para a democratização de uma sociedade leva à constituição de governos opressores, ainda que exercidas em nome do povo.

O caso da RDA é bem ilustrativo. Constituída no final da década de 40, fruto de uma divisão imperialista dos negócios da II Guerra Mundial, a RDA ingressou no "Socialismo Real" por decreto. E, em nome deste decreto, o poder e mesmo a participação popular foram transformados em slogans que não tinham sua correspondência na vida real. As instituições, como sindicatos, associações de mulheres e jovens, as escolas etc., foram transformadas em instrumentos de justificação das vontades e materialização das políticas aprovadas pelo Partido Socialista Unificado da Alemanha PSVA e seus "Partidos Irmãos". Estes últimos, meras caixas de ressonância do Partido "dirigente de toda a sociedade".

Com o fechamento das fronteiras entre a RDA e Berlim Ocidental em 13 de agosto de 1961, o caráter repressivo do Estado aumentou. Cresceu o número de integrantes da Polícia Secreta, chegando ao absurdo de 90 mil funcionários e 110 mil colaboradores para uma população de 16,4 milhões de habitantes. Até a privacidade dos indivíduos era controlada. Durante muitos anos foi proibido (e o infrator sujeito a punição) assistir a programas de televisão gerados em Berlim Ocidental.

As liberdades de manifestação e expressão existiam somente para as posições do Partido. As eleições eram formais e quase sempre fraudadas e o voto não era secreto. A chapa dos candidatos era fechada de comum acordo entre o PSUA, os "partidos irmãos" e as "Entidades Populares".

Além de possuir todo o poder político e militar os membros do PSVA possuíam privilégios materiais, mansões, bairros e parques particulares, belos automóveis e direito de aquisição de produtos importados e viagens para o ocidente. Mas os privilégios, favorecimento e corrupção não percorriam somente a alta hierarquia estatal e partidária. Era um mal de toda a sociedade que refletia na sua base toda a podridão de sua camada dirigente.

A economia alemã não poderia fugir impune desta política autoritária, viada e corrupta. A prioridade de investimentos em determinadas áreas

eram definidas segundo interesses de grupos e pouco justificáveis. Os resultados da planificação e o desenvolvimento eram falseados. Em nome de uma emulação ideológica todos os dados eram realinhados segundo os interesses do partido.

O trabalho ideológico feito nas escolas, no partido e na sociedade era rebaixado e desqualificado. Apresentava-se as verdades como dogmas que fundamentavam-se na cientificidade das opiniões do partido. A máxima marxista: "Duvidar de tudo" foi substituída pela adoração às verdades oficiais. Pelo culto à personalidade dirigente que pretensamente incorporava a vontade coletiva partidária. E esta por sua vez se reivindicava a vontade coletiva dos cidadãos da RDA.

Todos aqueles que levantaram suas vozes contra a tirania tinham seus nomes elencados nas listas negras. Quando não presos e perseguidos. Acusados de traidores, "aliados do inimigo imperialista". Mas os movimentos oposicionistas clandestinos, que se abrigavam sobretudo nas igrejas e entidades religiosas, foram ganhando forças e forma no compasso da Glasnost e Perestroika soviéticas.

Impossibilitada de ver seus sonhos realizados e de se manifestar por eles a população inicia uma grande migração para a RFA. No início apenas trabalhadores especializados, médicos, enfermeiras, técnicos industriais etc.

Mais tarde a vaga retirante é engrossada de todo tipo de trabalhadores. O governo tenta impedir. Usa desde propaganda até a repressão. A população insiste e continua a deixar o país. Na RFA vão morar em ginásios, escolas, galpões, como verdadeiros refugiados.

No dia 7 de outubro, 40.º aniversário da RDA, impulsionados pela presença do homem-símbolo das liberações no "Socialismo Real" os oposicionistas em todo o país, foram aos milhares às ruas. As manifestações mais fortes foram em Leipzig. A cidade foi cercada e houve choques e prisões violentas. Felizmente a direção do exército se recusou a cumprir as ordens de repressão mais violenta. Daí em diante iniciou-se na RDA o furacão revolucionário.

Numa manobra interna o CC destituiu Honecker e indicou Hegen Krentz como novo secretário geral. A indicação de Hegen, segundo homem da hierarquia de governo, não foi suficiente para acalmar os protestos. Pelo contrário, abriu espaço para a oposição crescer. Dias depois, mais de 500 mil berli-

nenses ocupam as ruas da Capital, respondendo ao chamado da oposição exigindo o fim do governo e do partido. A manifestação iniciada às 10:00 hs como concentração, continua como passeata, e acaba às 16:00 hs em comício que foi assistido de longe pela polícia, sem maiores incidentes, infringe a primeira grande derrota política no governo. Iniciam-se denúncias diárias de corrupção, e privilégios. As manifestações pipocam em todo canto e lugar. Estabelece-se em Leipzig que toda 2.ª feira é dia de protesto. Nunca comparecem menos de 100 mil pessoas. São abertas passagens oficiais entre as 2 Berlins e entre as 2 Alemanhas. No pri-

meiro final de semana visitam Berlim mais de 1 milhão de pessoas.

nará o país doravante. A polícia secreta é dissolvida e seus integrantes e colaboradores são agora perseguidos pela população. Surgem novas organizações autônomas. O governo agoniza e os movimentos populares revitalizam-se. Oposição e Governo contêm as propostas grevistas. Em contrapartida crescem os movimentos pró-unificação. O livre mercado torna-se um fetiche em contraposição ao fetiche do antigo Estado dito Socialista. "A Unificação é inevitável" - afirmava Helmut Koll em Leipzig antes de cruzar Bradenburgo e pôr fim física e definitivamente ao muro, nas vésperas do Natal.

É constituída mesa-redonda com os grupos de oposição sem representação parlamentar. Ela é de fato quem gover-

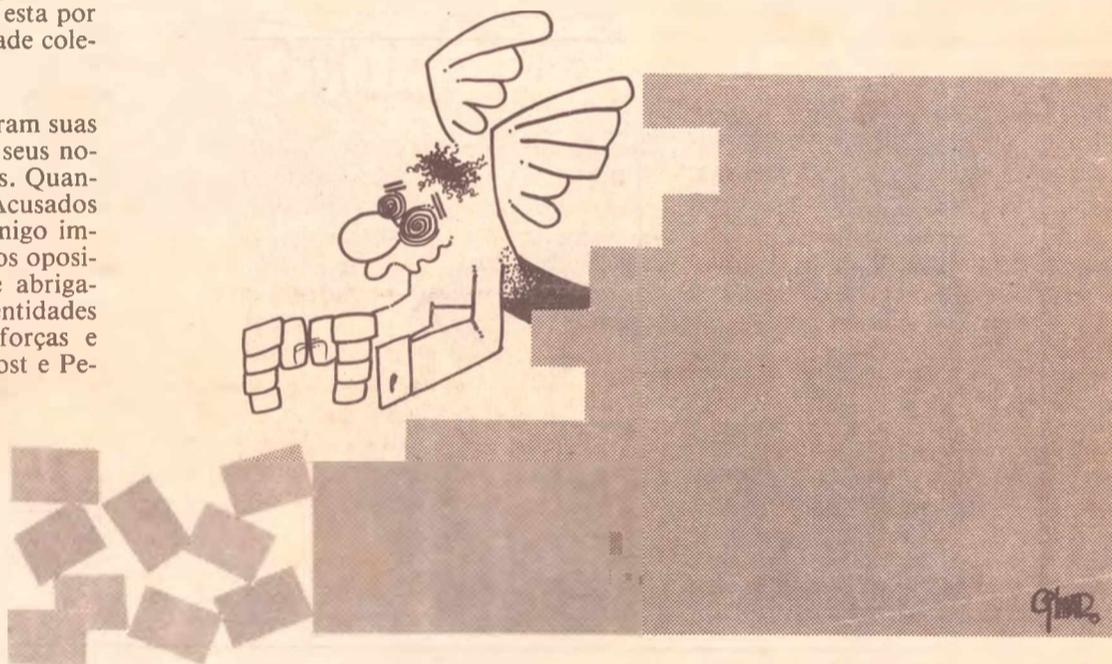
nará o país doravante. A polícia secreta é dissolvida e seus integrantes e colaboradores são agora perseguidos pela população. Surgem novas organizações autônomas. O governo agoniza e os movimentos populares revitalizam-se. Oposição e Governo contêm as propostas grevistas. Em contrapartida crescem os movimentos pró-unificação. O livre mercado torna-se um fetiche em contraposição ao fetiche do antigo Estado dito Socialista. "A Unificação é inevitável" - afirmava Helmut Koll em Leipzig antes de cruzar Bradenburgo e pôr fim física e definitivamente ao muro, nas vésperas do Natal.

As denúncias de corrupção continuam e no início são o móvel de novas manifestações, que cada vez se politizam mais e assumem novas reivindicações. Também a evasão do país aumenta. Agora são em média mil por dia. O país está sem governo. O Congresso extraordinário é realizado. É eleita uma nova direção, o partido altera o nome, abandona o leninismo, chama unidade nacional e indica Hans

meio final de semana visitam Berlim mais de 1 milhão de pessoas.

As Alemanhas não são mais as mesmas, o mundo não é o mesmo. Foi-se pelas mãos do povo o "Socialismo Real". Ficou a lição de que é preciso abrir caminho para a passagem "do reino da necessidade, para o reino da liberdade".

* Comissão Política do DM/BH



Mulheres reclamam do machismo no PT

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, o Boletim Nacional foi ouvir o que pensam diversas militantes do PT. E a grande surpresa foi que elas reclamaram do machismo dentro do próprio Partido!

Magda David

“Eu sou uma pessoa corajosa, que arrisca, mas ao mesmo tempo tem medo. Muito perseverante nas coisas que quero. Sou uma pessoa que tenta andar com o pé no chão e sonha muito. Adoro gente honesta, gente amiga. Gosto de transar roupas, embora não seja muito vaidosa. Meu pior defeito é ser muito superficial - talvez por ser geminiana.”

Esta é a descrição que Vera Brito, estudante de letras da Universidade de São Paulo, faz dela mesma. Com seus

Cristina Zerbinato. Hoje com 18 anos, começou a militar no PT na campanha de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo, quando um grupo de amigas petistas a convidaram para pichar muros e conversar com os operários na porta de fábrica. Estudante do segundo ano do colegial, Mônica é católica, ligada à Teologia da Libertação, e tem lido muitos livros sobre grandes revolucionários, como Fidel Castro e Che Guevara, além dos livros de Frei Betto: “Eu gosto de ler fatos reais e teorias políticas. Curto muito rock, gosto do Lobão, e adoro sair com a turma para bater papo nos barzinhos. E luto pelo que quero”.

tas atividades, passear muito, cuidar da vida cultural indo a cinemas e teatros, dançar e namorar. Mesmo querendo separar sua vida pessoal da militância, Marília admite que sempre há uma interferência: “As pessoas te cobram sobre o PT, sobre as administrações petistas, sobre qualquer coisa que se relacione com o Partido. Mas isso é natural, porque temos uma colocação ideológica para defender, diferente de muitos partidos. A militância interfere na vida pessoal, mas não atropela, e dá para conviver muito bem”.

Maria Berenice Godinho Delgado, mais conhecida como Didice, é outra

petista que também luta para acabar com o machismo e o preconceito contra a mulher dentro dos sindicatos e do PT, e em toda a sociedade. Ela começou sua luta em 79, na Associação Profissional das Assistentes Sociais, e logo se engajou na formação do Partido dos Trabalhadores. Hoje ela milita no PT, trabalha no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, coordena a Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora na CUT, e é da diretoria do Sindicato das Assistentes Sociais.

Ela lembra que até 86, a própria CUT ainda não dava uma atenção especial para o problema da mulher trabalhadora, e que

foi preciso muita luta para mostrar a necessidade de uma política contra a discriminação das mulheres, e para ampliar a participação feminina no movimento sindical: “A mulher tem que ver seu papel no sindicato, e qual a atenção que o movimento sindical dá para seus problemas específicos. O sindicato e o partido têm estruturas masculinas. A mulher, para se fazer respeitar como militante, tem que ter muita garra, mesmo dentro do PT e da CUT, que têm posições muito avançadas em relação a esta questão.”

Hoje, com seus 35 anos, Didice tem um projeto de vida: ser uma pessoa inteira, que não separa a militância da vida pessoal. Para ela, é necessário consolidar isso como perspectiva de vida, sem abrir mão das relações afetivas, do desenvolvimento cultural, e da militância política e sindical: “Não é fácil encontrar um equilíbrio entre a vida pessoal e a militância, porque as condições

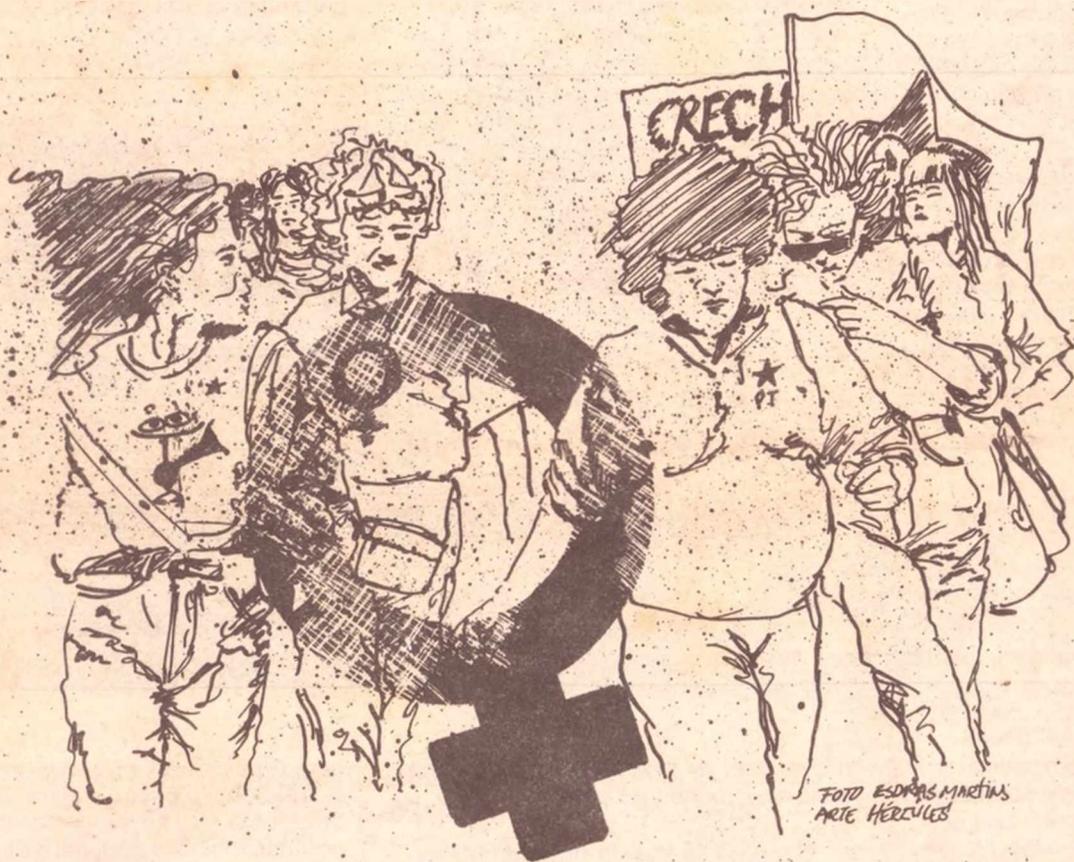
do país exigem de cada militante o máximo de pique. Mas é preciso realizar isso, para ser feliz. A militância não pode ser um peso, tem que ser parte da gente, ao mesmo tempo que a vida pessoal não pode ser uma coisa menor”.

Clara Charf é outro exemplo onde a vida se confunde com a militância política. São 65 anos de histórias para contar. Desde os primeiros obstáculos que sua própria família colocava, passando por sua vida amorosa com Carlos Marighella, até hoje, no seu trabalho na prefeitura de São Paulo, na área de relações internacionais. Militante do Partido Comunista, foi perseguida pela polícia e viveu na clandestinidade. Em 70, depois da morte de Marighella, vai para Cuba, no exílio, até voltar para o Brasil em 79, na época da Anistia, quando também se engaja no PT, e dedica-se à questão da mulher. Clara diz que, em geral, os militantes do PT são a favor da militância da mulher, mas que muitas vezes não criam condições para que elas tenham esse desempenho, dividindo as tarefas domésticas, cuidando dos filhos: “Desde a criação do PT, houve um avanço em relação à questão da mulher, mas o problema ainda não foi resolvido. O Partido precisa dar mais importância na luta contra o preconceito, e para isso precisa abrir mais espaço para discutir esse tema. É necessário vencer os preconceitos internos para depois vencer os preconceitos em geral”.

Clara Charf reconhece que é muito difícil conciliar o dia-a-dia com a militância, mas diz que a mulher petista tem um entusiasmo muito grande para vencer o cotidiano e o machismo. Ela tem uma boa receita para que a militância se torne uma tarefa menos penosa: “A única forma de superarmos os obstáculos é com mais solidariedade entre as militantes, e entre as trabalhadoras e mulheres em geral. É preciso desenvolver formas de mútua cooperação”.

Uma militante pode ajudar a olhar os filhos de outras se elas forem viajar ou precisarem de um tempo com seus maridos, exemplifica Clara Charf: “Também não pode ser sectária e só se relacionar com mulheres que pensam como você. No ambiente familiar muitas vezes convivemos com pessoas muito diferentes, mas existe uma solidariedade, e é importante cultivar isso”.

No Dia Internacional da Mulher, Clara acha que não basta discutir problemas amplos: “É bom descobrir a solidariedade no bairro, na cidade, para depois expandir a discussão para a situação da mulher no Paquistão”. A militância persistente e sofrida não tirou de Clara Charf o gosto pela música, clássica e popular, nem por lazer, cinema, teatro e bons papos com amigos: “A maior parte do meu tempo é da militância, mas também quero viver outras experiências, cuidar das minhas plantas, brincar com uma criança. E a vida afetiva também é muito importante, em todos os níveis. Como podemos lutar pela felicidade do mundo se não lutamos pela nossa?”



23 anos, lembra que desde adolescente gostava de política. O resto foi consequência: entrou no movimento estudantil, onde conheceu muita gente que pensava como ela e descobriu que eram petistas. Aos poucos foi se aproximando do PT, participou da Constituinte e da campanha do Lula para presidente, e está para se filiar ao Diretório Regional dos Jardins, na cidade de São Paulo.

Para os companheiros do PT, Vera manda um recado: “Acho muito saudável que existam muitas tendências dentro do Partido, mas nós precisamos nos entender. Não adianta ficar brigando pelos jornais, trocando acusações. É preciso se organizar. As administrações petistas não são desastrosas, mas nós prometemos mais, e a sociedade quer mais. Temos que superar as deficiências internas e o boicote externo, e mostrar nosso trabalho”.

Também muito jovem é Mônica

Mônica também participa de um grupo de teatro, que para ela é uma verdadeira paixão. Filiada ao PT, trabalha no gabinete do vereador Eduardo Suplicy, de São Paulo, e diz que se sente muito bem no Partido porque pode expor suas idéias e aprender muito com os companheiros.

“Eu quero denunciar o machismo dentro do PT”. Marília Boschetto, filiada desde 82, trabalha na Sede Nacional há 2 anos, e resolveu aproveitar a oportunidade para fazer seu protesto: “Tem mulheres que estão a muito tempo no PT e não conseguem, por exemplo, chegar à Direção Nacional, por puro machismo. Os pedidos de uma mulher assessora não são atendidos como o de um homem assessor. Sempre existe um preconceito, como na sociedade em geral, mesmo que a mulher mostre trabalho e competência”.

Para Marília, é fundamental ter mui-

O demônio e seus avessos

Uma reunião promissora entre prefeitos e dirigentes nacionais do PT começa a elaborar respostas para colocar na ofensiva as administrações populares.

Juarez Guimarães

Já é tradição na história do PT só enfrentar o diabo quando ele surge pintado e fegoso à sua frente. Isto faz parte da sua natureza de partido de massas, empenhado em construir o seu caminho, classista e democrático, para a construção do socialismo.

Só que agora o diabo dá pinotes, solta fogo por todas as ventas e sonha até em roubar a alma do partido.

O diabo - um desafio novo e gigantesco - se chama administrações populares, este território das contradições, de disputa permanente entre os sonhos profundos de mudança social que o PT encarna e a realidade burocrática e autoritária que é o Estado brasileiro.

Referências próprias

O fato é que já antes de ser governo o PT já tinha sido condenado ao fogo dos infernos. "Desde o início, a *mídia* conservadora nos quis ineptos, fracassados, efêmeros e, como tais, à revelia dos mais elementares compromissos com a verdade, "noticiou-nos" permanentemente ao país", acusa o informe



Luiza Erundina - *É preciso que o partido invista mais na sua relação com os prefeitos. Não podemos ficar em uma situação defensiva, como patinhos feios, culpados pela derrota, criticados por não termos construído os conselhos populares. O PT não pode cobrar das administrações a construção dos conselhos populares, quando sempre defendemos a autonomia destes conselhos frente às administrações. Cabe ao partido, junto às bases, a sustentação das medidas difíceis que devemos tomar.*

do companheiro Luís Dulci à reunião dos prefeitos e dirigentes do partido que teve lugar em São Paulo no dia 29 de janeiro, com a presença de Lula e de vários prefeitos petistas, entre eles Olívio Dutra, prefeito de Porto Alegre, e Luiza Erundina, prefeita de São Paulo.

De fato, a guerra da notícia cotidiana em que o Partido viu-se metido desde o novembro de 1988 já demonstrou que ela não é algo externo ao desafio de governar. Ela não é apenas um plano de mistificação deliberada, uma fonte permanente de desinformação entre o Partido e a população. É a voz do dono a vigiar cada passo da administração, forçando o recuo de planos, o abandono de projetos, semeando a discórdia nas próprias fileiras, enfim, advertindo sempre que o PT está no governo mas o *status quo* capitalista continua.

Daí a importância da primeira reunião do Diretório Nacional do Partido com os prefeitos petistas. Ela significa o início do único caminho para vencer o desafio: construir referências partidárias próprias e comuns de balanço do primeiro ano de gestão; criar um canal permanente e fraterno de síntese entre a experiência dos companheiros que estão à frente das administrações e a direção do partido.

Aqui, como quase sempre, formular

as perguntas-chaves é o decisivo. E, tariamente nas instâncias partidárias embora tenham sido formuladas de forma compreensivelmente tensa e profusa na reunião, as questões centrais emergiram.

Partido e prefeituras

Há, em primeiro lugar, a constatação de que a chegada do partido a governos municipais gerou tensões profundas entre as esferas institucional e partidária.

As administrações - pelo próprio poder administrativo e financeiro de que dispõem - deslocam para seu interior centenas ou milhares de quadros partidários, centralizam as relações com a população, tornam-se, enfim, centro de gravidade dos embates políticos e ideológicos na cidade.

A vida do PT recebe diretamente o impacto destas pressões. As iniciativas e a própria relação com a base social do partido são em alguma medida, alienadas das instâncias de decisão partidária.

E mais: enquanto os companheiros que lidam com complexos problemas administrativos no dia-a-dia captam estes desafios tensionados pelos instru-

mentos e informações que lidam, os outros companheiros que atuam prioritendem a pensar soluções a partir de referências programáticas mais abstratas.

Daí que a construção e o reforço de canais de mediação - com funcionamento real e poderes esclarecidos - entre as administrações populares e o partido são decisivas. Sem elas, a chegada do PT às prefeituras - momento importante do acúmulo de forças - passa a ser vivido como um processo permanente de atritos, crises, disputas que podem corroer a unidade e a solidariedade da militância petista.

Contra a maré

O PT chegou aos governos municipais em um período de claro retrocesso das condições de vida das massas trabalhadoras, como resultado de fatores em grande medida superiores e alheios à esfera de poder das administrações populares. Os efeitos da crise econômica se cruzam com a generalizada deterioração dos serviços públicos.

As administrações populares remam contra a maré. E a força com que podem remar depende fundamentalmente da correlação de forças em que se inserem. Pois governar, mais do que definir diretrizes, é ter capacidade para colocá-las em prática.

Podemos dizer que esta correlação de forças é o resultado da combinação de resultantes em três planos.

Em primeiro lugar, o plano institucional. Este campo, apesar dos enormes avanços do último período, é ainda profundamente desfavorável ao PT. O governo central com todo o peso de suas políticas sociais e financeiras joga contra as administrações populares. O mesmo ocorre com os governos esta-



Lula - *Há uma falta de sintonia entre o partido e as administrações. Como o partido não discute as políticas antes, durante e depois, cobra. É preciso criar canais urgentes entre administrações e partido. Uma sugestão: partido sempre participar das reuniões dos secretariados. E ser informado de tudo. O partido não pode defender se não é informado. É fundamental reativar os conselhos políticos (órgãos de ligação entre partido e administrações).*

duais que controlam muitos instrumentos de política pública, mais decisivos ainda nos grandes centros metropolitanos.

O arcabouço legal em que as administrações populares são constrangidas a se mover são no fundamental conservadores. As câmaras de vereadores são compostas majoritariamente por setores de oposição às administrações populares.

No plano do poder econômico, o PT no governo tem que lidar com situações também extremamente desfavoráveis. As empresas e serviços públicos municipais perderam muito espaço nas últimas décadas em detrimento da presença articulada de grandes capitalistas e lobbies. Em particular, os meios de comunicação de massa são um terreno em que o movimento popular quase nada acumulou.

Assim, o elemento decisivo para a alteração da correlação de forças é o



Olívio Dutra - *Temos dificuldades para realizar aquilo que a população esperava. E há uma oposição dura e cotidiana contra nossas administrações e o partido como um todo. As nossas prefeituras não são feudos isolados. São a somatória do PT e de seus aliados. Por isso, o nosso desafio é pensar como transformar nossas administrações populares em bastiões de nosso projeto amplo e de longo prazo.*

plano da organização e conscientização dos trabalhadores e setores populares. É nesse campo - no grau de avanço na construção do PT, na construção e centralização das entidades do movimento popular, no fortalecimento da CUT - que podem ser criadas novas possibilidades para um governo transformador.

Democracia na cidade

Como afirma o informe do companheiro Luís Dulci: "A experiência prática tem demonstrado que a inversão drástica de prioridades em benefício da maioria espoliada só é viável se sustentada diretamente pela participação popular. Não podemos enfrentar a pode-

rosa e bem organizada elite dominante exclusivamente com a vontade política de nossas equipes de governo.

Novos canais de participação democrática, traduzindo no plano institucional o acúmulo das lutas sociais, revelam-se por isso mesmo peças-chaves em qualquer gestão municipal petista. Sem falar no incentivo aos Conselhos Populares autônomos, que também podem robustecer e politizar a

dialética povo trabalhador/Estado. Sem tal incremento de participação popular, nossa vontade política, por mais autêntica e generosa, tende a ser neutralizada pela reação conservadora."

O primeiro campo de construção desta democracia se relaciona diretamente com a esfera de ação das administrações populares: reformas administrativas, descentralização de decisões, realização de referendos e plebiscitos, abertura do controle das finanças e empresas públicas ao controle popular.

O campo decisivo, porém, é o da organização do movimento popular e sindical com estruturas de centralização, reivindicações e dinâmica capazes de lidar com os problemas urbanos de forma não corporativa. Um movimento popular urbano que crie a cada momento a base social e a força política para exigir, pressionar e sustentar decisões de governo de interesse dos trabalhadores.

A construção da democracia nestes dois campos - com instrumentos específicos mas articulada - é a tarefa por excelência e insubstituível do partido, único instrumento capaz de fazer esta combinação.

Daí que hoje os desafios que enfrentam as administrações populares devam ser entendidos no seu sentido mais profundo como desafios partidários.

O diabo solto por si só, como diz Guimarães Rosa, não existe. O que existe é este nosso partido humano e seus avessos: a distância que separa ainda o seu programa de transformação dos limites muito reais em que atua.